Especialização em Educação Profissional

HISTÓRIA E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

José Mateus do Nascimento
Renato Marinho Brandão Santos

HISTÓRIA E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

José Mateus do Nascimento
Renato Marinho Brandão Santos

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Victor Godoy Veiga

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Ariosto Antunes Culau

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

REITOR
José Arnóbio de Araújo Filho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Avelino Aldo de Lima Neto

CAMPUS AVANÇADO NATAL - ZONA LESTE

DIRETOR-GERAL
José Roberto Oliveira dos Santos

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA EDUCACIONAL
Wagner de Oliveira

COMITÊ EDITORIAL DA DIRETORIA DE EDUCACÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - CAMPUS AVANÇADO NATAL ZONA LESTE/IFRN

PRESIDENTE
Wagner de Oliveira

MEMBROS
José Roberto Oliveira dos Santos
Albérico Teixeira Canario de Souza
Glácio Gley Menezes de Souza
Wagner Ramos Campos

SUPLENTES
João Moreno Vilas Boas de Souza Silva
Allen Gardel Dantas de Luna
Josenildo Rufino da Costa
Leonardo dos Santos Feitoza

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE EAD

COORDENADORES DA ELABORAÇÃO DO MATERIAL
Patrícia Carla de Macêdo Chagas
Thiago Medeiros Barros
Wagner de Oliveira

AUTORES
José Mateus do Nascimento
Renato Marinho Brandão Santos

REVISORAS DE CONTEÚDOS
Luciane Soares Almeida
Vânia do Carmo Nobile

REVISOR DE LINGUAGEM/LINGUÍSTICA
Wagner Ramos Campos

REVISORES DE ABNT
Maria Valeska Rocha da Silva
Rodrigo Luiz Silva Pessoa

DIAGRAMADORES
Leonardo dos Santos Feitoza
Sean de Araújo de Albuquerque Rêgo

Catalogação na Fonte

N244h Nascimento, José Mateus do.
História e políticas da educação profissional no Brasil. / José Mateus do Nascimento, Renato Marinho Brandão Santos , -- 2022.
165 f. ; 30cm.

Especialização em educação Profissional (Conteúdo Didático Curricular). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2022.

ISBN: 978-65-84831-09-4 (recurso eletrônico)

1. Educação 2. Ensino Superior 3. Educação Profissional 4. Pedagogia I. Título. II. Santos. Renato Marinho Brandão

CDU: 37.013(091)(81)

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário-Documentalista Ezequiel da Costa Soares Neto CRB15/613

editoraifrn Didáticos

CONTATO
Endereço: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol.
CEP: 59015-300, Natal-RN.
Fone: (84) 4005-0763 | **E-mail:** editora@ifrn.edu.br

Prefixo editorial: 94137
Linha editorial: Material Didático
Disponível para download em: http://memoria.ifrn.edu.br

CC BY NC SA

Sumário

PALAVRAS DO PROFESSOR-AUTOR 08
PROJETO INSTRUCIONAL 09
ROTEIRO DE ESTUDO 10
MAPA CONCEITUAL 11
INTRODUÇÃO 12
CURRÍCULO SINTÉTICO DOS PROFESSORES-AUTORES 14

AULA 1 - O Ensino de ofícios na Colônia: iniciativas e limites 15
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 16
1. A RELAÇÃO METRÓPOLE-COLÔNIA E SEU IMPACTO NO ENSINO DE OFÍCIOS 16
2. O ENSINO DE OFÍCIOS NA COLÔNIA ATRAVÉS DAS COMPANHIAS RELIGIOSAS 18
3. O ENSINO DE OFÍCIOS NOS ENGENHOS DE AÇÚCAR 21
4. O "CICLO" DO OURO E OS NOVOS OFÍCIOS LIGADOS À MINERAÇÃO 23
5. AS CORPORAÇÕES OU BANDEIRAS DE OFÍCIOS NA COLÔNIA DA AMÉRICA PORTUGUESA 26
ATIVIDADES INTEGRADAS 30
SÍNTESE DA AULA 32
LEITURAS COMPLEMENTARES 33
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 34
REFERÊNCIAS 35

AULA 2 - A Educação Profissional no Império: a Experiência de Colégios de Educandos Artífices e Liceus 36
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 37
1. OS COLÉGIOS DE EDUCANDOS ARTÍFICES 39
2. OS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS 42
ATIVIDADES INTEGRADAS 47
SÍNTESE DA AULA 48

LEITURAS COMPLEMENTARES 49
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 50
REFERÊNCIAS 51

AULA 3 - História e política da educação profissional nas primeiras décadas da República: o nascimento da rede de ensino profissional 52
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 53
1. O BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO 55
2. AS ESCOLAS DE APRENDIZES EM SEUS ANOS INICIAIS 56
3. AS ESCOLAS DE APRENDIZES A PARTIR DO SERVIÇO DE REMODELAÇÃO 61
4. AS ESCOLAS DE APRENDIZES NA ERA VARGAS 63
ATIVIDADES INTEGRADAS 66
SÍNTESE DA AULA 67
LEITURAS COMPLEMENTARES 68
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 69
REFERÊNCIAS 70
APÊNDICE 72

AULA 4 - A Educação Profissional nos anos 1940: Leis Orgânicas do Ensino e Criação do Sistema de Aprendizagem Profissional 73
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 74
1. LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO 76
2. CRIAÇÃO DO SISTEMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL 80
ATIVIDADES INTEGRADAS 83
SÍNTESE DA AULA 84
LEITURAS COMPLEMENTARES 85

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 86
REFERÊNCIAS 87

AULA 5 - A Educação Profissional nos anos 1950: o Plano de Metas e as Escolas Técnicas Federais 90
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 91
1. O PLANO DE METAS, O INCREMENTO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A EDIFICAÇÃO DE BRASÍLIA 93
2. GOVERNO KUBITSCHEK, INCENTIVOS ÀS FÁBRICAS AUTOMOBILÍSTICAS E A INTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE BRASILEIRO 97
3. INVESTIMENTOS NO SISTEMA RODOVIÁRIO: ABRINDO ESTRADAS PARA O PROGRESSO PASSAR 98
4. AS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E AS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO 99
ATIVIDADES INTEGRADAS 102
SÍNTESE DA AULA 103
LEITURAS COMPLEMENTARES 104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 105
REFERÊNCIAS 106

AULA 6 - Avanços e Rupturas na Educação Profissional no Período da Ditadura Civil-Militar 108
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 109
1. A LDB DE 1971 E A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL 112
2. A ETFRN NOS TEMPOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR: UM BREVE ESTUDO DE CASO 115
ATIVIDADES INTEGRADAS 121
SÍNTESE DA AULA 122
LEITURAS COMPLEMENTARES 123
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 124
REFERÊNCIAS 125

AULA 7 - A Educação Profissional nos Anos 1990: das Escolas Técnicas Federais aos Centros Federais de Educação Tecnológica 127
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 128
1. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DOS ANOS 1990 E A PROPOSIÇÃO DE UM ESTADO NEOLIBERAL PARA O BRASIL 129
2. A "CEFETIZAÇÃO" DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE NÍVEIS 132
3. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN) E O DECRETO Nº. 2.208/1997: INTEGRAÇÃO OU DICOTOMIA CURRICULAR? 134
PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL 139
SÍNTESE DA AULA 140
LEITURAS COMPLEMENTARES 141
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 142
REFERÊNCIAS 143

AULA 8 - A Educação Profissional nos anos 2000: o Currículo Integrado e a Expansão da Rede Profissional, Científica e Tecnológica 146
CONTEÚDO E SEUS DESDOBRAMENTOS 147
1. O GOVERNO LULA E A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA 149
2. A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 154
PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL 157
SÍNTESE DA AULA 158
LEITURAS COMPLEMENTARES 159
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 160
REFERÊNCIAS 161

Palavras do Professor-autor

Cara aluna, caro aluno,

Antes de mais nada, desejamos sucesso em seu curso! Parte desse sucesso dependerá do seu contato com diversos materiais de apoio que auxiliarão em seus estudos, dentre os quais, o material didático com o qual agora você tem contato. Leia-o com atenção, explore-o ao máximo, realize as atividades propostas e, sempre que possível, volte-se também para as leituras complementares indicadas nas próprias aulas, bem como para aquelas sugeridas pelos professores do curso, ou pesquisadas autonomamente por vocês.

O material didático, nessa perspectiva, traz um norte, mas o caminho é traçado por você, em parceria com seus professores e colegas. Interaja com eles, tire suas dúvidas, acesse as diversas mídias indicadas no material e nas aulas e, assim, certamente, você terá sucesso em seu processo formativo e concluirá com êxito seu curso! Mais do que isso, esperamos que esse processo contribua significativamente para seu fazer profissional e para sua vida!

Bons estudos!

Projeto instrucional

O objetivo principal da disciplina de História e Políticas da Educação Profissional no Brasil é “compreender o processo histórico da educação profissional como modalidade de educação, bem como os fatores internos e externos que influenciaram o Estado e a sociedade a pensarem políticas, projetos e programas voltados para o ensino profissionalizante”, como se observa no programa da disciplina.

Estudaremos um período de cerca de cinco séculos dessa história da Educação Profissional e das políticas a ela vinculadas. Um largo período da história, portanto, a ser analisado em oito aulas, cada um deles com um recorte específico, como veremos adiante.

Trata-se de uma disciplina de três créditos, com carga horária de 60 horas-aula, período em que entendemos que vocês, discentes, farão um percurso marcado por muito aprendizado! Há três grandes conteúdos/unidades a serem estudados, e nossa aula procura seguir essa divisão, como você verá adiante.

Este material que ora é acessado por você, deverá acompanhá-lo(a) ao longo de todo o percurso, mas, como já foi dito aqui, busque mais! Faça leituras complementares, veja a bibliografia presente no programa da disciplina e mantenha sempre contato com o(a) docente. Outra dica importante: não acumule conteúdo. Há muito a ser estudado (cinco século de História, com muitas idas e vindas!). É fundamental que você trace um roteiro de estudos e se mantenha fiel a ele.

Conforme pode ser lido no programa da disciplina, as atividades de avaliação da aprendizagem ocorrerão “de forma contínua por meio da participação dos estudantes nos fóruns e chats bem como da realização das atividades propostas”. Além dessas atividades, nesta aula, você poderá acessar outras que lhe ajudarão a testar seus conhecimentos e compreender melhor os conteúdos. Não deixe de fazê-las e, sempre que possível, debatê-las com seus colegas e com o(a) professor(a).

Agora, só nos resta desejar, mais uma vez, bons estudos e sucesso em sua trilha!

Roteiro de estudo

Este material didático está dividido em 8 aulas, que seguem uma ordem cronológica, embora, claro, em certos momentos, possamos recuar ou avançar no tempo, com o objetivo de estabelecer relações entre diferentes processos analisados.

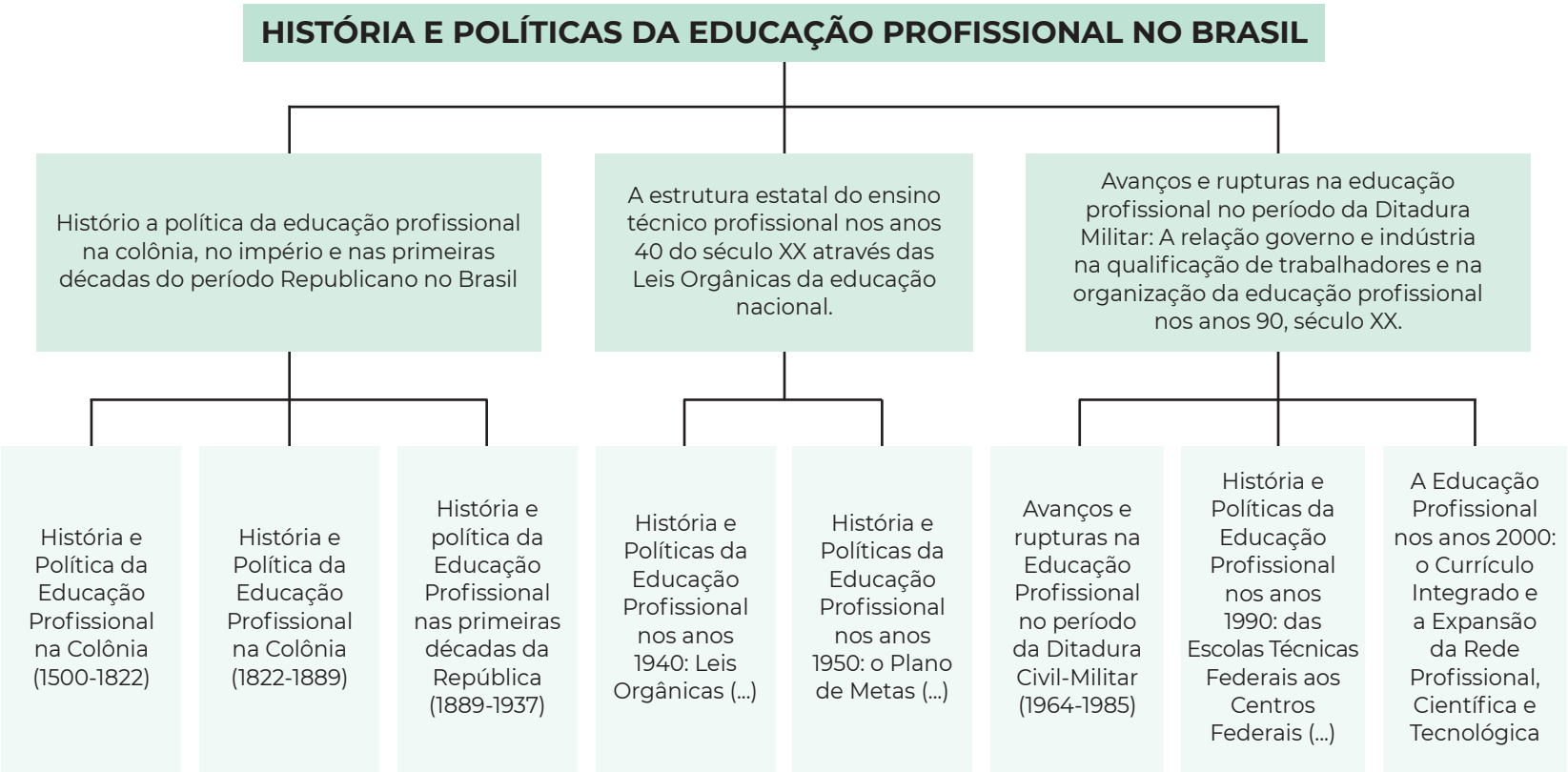
Ao percorrer as aulas, você poderá compreender um pouco da história e das políticas ligadas à Educação profissional, do período colonial até o início dos anos 2000. É certo que o material traz muitas informações, na medida em que procura abarcar mais de 500 anos de História!

Diante disso, se você se perder no tempo, não se preocupe, temos uma dica: busque, na parte superior das páginas, a linha do tempo. Por meio dela, você poderá se localizar melhor e entender o contexto em que aquele processo ou fato analisado se encontra.

É importante ressaltar também que o domínio dos conteúdos trabalhados dependerá, em razoável medida, da realização das atividades integradas e das avaliações de aprendizagem. As primeiras procuram sempre levar o(a) estudante a fazer novas reflexões sobre o tema, utilizando-se de diversas mídias, tais como imagens e vídeos. Já as avaliações de aprendizagem trazem, via de regra, questões que permitam ao aluno sintetizar o conteúdo estudado naquela aula.

Por fim, busque sempre acessar materiais complementares, indicados ao final das aulas e, também, na seção *Para saber mais*. Esses materiais ajudarão você a se aprofundar ainda mais nos conteúdos estudados. E, claro, caso tenha qualquer dúvida, entre em contato com o(a) docente da disciplina, que estará à sua disposição.

Mapa conceitual



Introdução

Prezados(as) discentes,

Este material ao qual você acaba de ter acesso é uma ferramenta importante que irá lhe apoiar ao longo da disciplina de *História e Políticas da Educação Profissional no Brasil*. Já dissemos aqui, e convém repetir, que ele não deverá ser o único material com o qual você terá contato. Ao longo do próprio material didático, você receberá a indicação de outros materiais a serem estudados e também, é certo, deverão estar atentos a outras indicações bibliográficas feitas pelo(a) professor(a) da disciplina.

Seja como for, não deixe de acessar este material didático, pois ele foi pensado com todo o cuidado e atenção para atender às suas necessidades de estudo. Nessa perspectiva, é interessante observar que os textos produzidos procuram sempre dialogar com você, trazendo exemplos claros e questões para serem refletidas e debatidas com seus colegas e docentes.

Cabe dizer, ainda, que houve especial preocupação com a linguagem. Procurou-se adotar uma linguagem formal, mas sem abusar de termos técnicos ou palavras rebuscadas; um texto aberto ao diálogo com você, discente, para que você possa aprender de maneira leve e prazerosa.

Ao navegar pelas aulas, preste inicialmente atenção aos objetivos de cada lição. Eles devem servir como um norte para orientar sua leitura e estudos. Observe, também, que cada aula traz uma linha do tempo, para lhe orientar em relação aos principais acontecimentos do período retratado na aula.

Fique também atento(a) às imagens presentes em cada uma das aulas. Elas foram pensadas com cuidado para gerar um reflexão ligada aos assuntos trabalhados. Nenhuma delas é meramente ilustrativa. Procure lê-las e interpretá-las com atenção, observando os detalhes e procurando sempre estabelecer relações entre elas e o texto escrito. Além disso, não deixe de fazer as atividade integradas e avaliações de aprendizagem.

Por fim, cabe apresentar a estrutura do material didático. Ele está dividido em três unidades que se subdividem em oito aulas. A primeira unidade está dividida em três aulas e abarca o período colonial (Aula 1), o imperial (Aula 2) e as primeiras décadas da Primeira República (Aula 3), normalmente lembrada como ***República Velha***. A Unidade II abarca duas aulas, abordando mudanças nas décadas de 1940 (Aula 4) e 1950 (Aula 5), com destaque para as Leis orgânicas do Ensino. A terceira unidade, por sua vez, tem três aulas, as quais tratam dos rumos dados à Educação Profissional na Ditadura Civil-Militar (Aula 6); dos novos ares trazidos a esse ramo de ensino a partir da redemocratização do país (Aula 7); e das mudanças processadas nos primeiros anos do século XXI (Aula 8).

Currículo sintético das Professoras-autoras

RENATO MARINHO BRANDÃO SANTOS

Professor de História do IFRN desde 2012, licenciado em História pela UFRN (2009), mestre em História e Espaços (2012) pela mesma instituição, e doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação, pela Universidade do Minho (2018). Tem diversos projetos de pesquisa e publicações nas áreas de História urbana, História do Brasil republicano e História da educação profissional no Brasil.

JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO

Pedagogo, possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, História Social da Infância e passa a atuar em pesquisas relacionadas à História da Educação Profissional no NUPED (Núcleo de Pesquisa em Educação) do IFRN – Campus Natal-Central. Integra o corpo docente permanente do PPGEP – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN, vinculado à linha de pesquisa História, Memória e Historiografia da Educação Profissional. Tem diversos projetos de pesquisa e publicações nas áreas da História da Educação e da Educação Popular.

Aula 1

O Ensino de ofícios na Colônia: iniciativas e limites

Objetivo de aprendizagem

- Compreender as marcas do ensino de ofícios na colônia, em um contexto de desvalorização do trabalho manual;
- Relacionar o ensino de ofícios no período com a prática da escravização de pessoas negras;
- Analisar as iniciativas no campo do ensino de ofícios na colônia em espaços específicos, tais como o engenho, as corporações de ofício e as companhias religiosas.

Conteúdos e seus desdobramentos

1532	1532 –1700	1549	1554	1641	1696	1760–1807	1822	1824
Inicia-se o processo de colonização do Brasil, com a expedição de Martim Afonso de Sousa.	A colônia vive o "ciclo da cana-de-açúcar". Nos engenhos, diversos ofícios se desenvolvem.	Em março, chegam os primeiros jesuítas ao Brasil, trazendo contribuições ao ensino de ofícios.	Em janeiro, jesuítas fundam o Colégio de São Paulo de Piratininga.	Tem-se notícia do surgimento da 1ª corporação de ofícios nas terras da colônia, na cidade de Salvador.	O ouro é descoberto nas Minas Gerais. Novos ofícios surgem em torno da mineração.	Nesse período, concentra-se boa parte da obra de Antônio F. Lisboa, o Aleijadinho, grande expoente do barroco no Brasil.	O Brasil torna-se independente e vira um Império, sob comando de Dom Pedro I.	A primeira Constituição do Brasil extingue as corporações de ofícios em território nacional.

1. A RELAÇÃO METRÓPOLE-COLÔNIA E SEU IMPACTO NO ENSINO DE OFÍCIOS

Olá, caro(a) estudante! Tudo bem?

Nesta primeira aula, discutiremos aspectos gerais do Ensino de Ofícios no período da Colônia, época em que o Brasil ainda não existia como país, sendo controlado pela Coroa Portuguesa, denominada Metrópole. Será que a dita Metrópole teria interesse em ver a sua Colônia prosperar economicamente? A leitura do documento a seguir, um Alvará Régio, ajudará a responder essa questão.

"Eu a Rainha. Faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo-me presente o grande número de fábricas e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se têm difundido em diferentes capitanias do Brasil, com grave prejuízo da cultura e da lavoura, e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente que quanto mais se multiplicar o número de fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores."

U A RAINHA. Faço saber aos que este Alvará virem : Que sendo-me presente o grande número de Fabricas, e Manufacturas, que de alguns annos a esta parte se tem diffundido em differentes Capitanias do Brazil, com grave prejuizo da Cultura, e da Lavoura, e da exploraçaõ das Terras Minaraes daquelle vasto Continente ; porque havendo nelle huma grande, e conhecida falta de Populaçaõ, he evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos Fabricantes, mais diminuirá o dos Cultivadores ; e menos Braços haverá, que se possam empregar no descubrimento, e rompimento de huma grande parte daquelles extensos Dominios, que ainda se acha inculta, e desconhecida : Nem as Sesmarias, que formam outra consideravel parte dos mesmos Dominios, poderáõ prosperar, nem florecer por falta do beneficio da Cultura, naõ obstante ser esta a essencialissima Condiçaõ, com que foram dadas aos Proprietarios dellas : E até nas mesmas Terras Minaraes ficará cessando de todo, como ja tem consideravelmente diminuido a extracçaõ do Ouro, e Diamantes, tudo procedido da falta de Braços, que devendo empregar-se nestes uteis, e vantajosos trabalhos, ao contrario os deixam, e abandonam, occupando-se em outros totalmente differentes, como saõ os das referidas Fabricas, e Manufacturas :

Trecho do Alvará Régio de 1785, assinado pela Rainha Maria I, de Portugal, proibindo manufaturas no Brasil. Disponível em: http://www.historia-colonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3674:alvara-que-proibe-as-fabricas-e-manufaturas-no-bra&catid=145&Itemid=280. Acesso em: 01 dez. 2019.

A exposição da Rainha de Portugal, D. Maria I, era clara: o Brasil, à época uma colônia do Estado Luso, tinha uma vocação agrícola. Os investimentos, o gasto de energia – inclusive na formação de profissionais – em fábricas e manufaturas iria de encontro a essa tal "vocação agrícola" e tiraria braços da lavoura, de acordo com a monarca. Diante dos argumentos apresentados, a Rainha ordena, em 1785, que se fechem todas as fábricas e manufaturas que existem nos "Meus domínios do Brasil", com a exceção única daquelas manufaturas que produziam fazendas grossas de algodão, usadas para vestir os negros escravizados e empacotar a produção agrícola.

Mas, afinal de contas, o que a Rainha Maria I desejava com seu Alvará Régio? Seria correto afirmar, como faz a monarca, que o número de fábricas e manufaturas se multiplicavam pela colônia?

Como todo documento histórico, o Alvará de 1785 deve ser lido com cuidado. É importante entender o que estava por trás dos argumentos da Rainha e qual o contexto histórico em que esse documento foi produzido. Então, vamos lá!

Ao longo do período colonial (1500 – 1822), a atividade manufatureira foi muito pequena (de caráter doméstico e artesanal). Isso deveu-se, principalmente, à repressão feita pela Coroa portuguesa, já que este tipo de prática feria a estrutura do sistema colonial e a lógica mercantilista. Lembramos que, durante quase todo o período colonial, vigorou o que os livros de História chamam de ***Pacto Colonial:*** em tese, a colônia só poderia negociar com a Metrópole. Era justamente através dessa exploração econômica sobre a colônia que a Metrópole conseguia obter lucros. E os Estados que possuíam colônias – como era o caso de Portugal, que tinha várias possessões – faziam o possível para que as terras dominadas permanecessem frágeis e dependentes deles.

É nesse contexto que Maria I proíbe a abertura de fábricas e manufaturas em sua colônia americana. Será também por razões parecidas – manutenção da dependência, em resumo – que a circulação de livros será controlada e a abertura de faculdades só acontecerá após a chegada da família real, fugida de Napoleão Bonaparte, em 1808. É certo que, com poucas fábricas e manufaturas, o ensino de ofícios no Brasil tampouco será incentivado. Há, porém, algumas iniciativas que devem ser lembradas.

2. O ENSINO DE OFÍCIOS NA COLÔNIA ATRAVÉS DAS COMPANHIAS RELIGIOSAS

Não é possível compreendermos o processo de colonização das terras que hoje chamamos de Brasil (à época, eram um pedaço do Império português) sem considerarmos a participação das companhias religiosas. Para ficarmos apenas no exemplo do Rio Grande do Norte, as vilas de Extremoz, Arez, Portalegre e São José do Rio Grande, além de Vila Flor, originaram-se de missões religiosas (Guajiru, Guaraíras, Apodi, Mipibu e Gramació, respectivamente). Dentre as companhias religiosas, a que teve atuação mais significativa na colonização do Brasil, considerando, por exemplo, o número de missões e a distribuição pelo território, foi, certamente, a Companhia de Jesus, a qual também atuou no ensino de ofícios.

Para saber mais

Para compreender melhor o que foi a Companhia de Jesus e qual seu papel no processo de colonização, acesse o site da Biblioteca Nacional, através do seguinte link: http://bndigital.bn.gov.br/companhia-de-jesus/

Fazendo referência às missões comandadas por essa Companhia, Celso Suckow da Fonseca, um importante historiador da educação profissional no Brasil, afirmou que:

> Tornaram-se verdadeiras escolas da indústria, onde os colonos, que eram índios, aprenderam os melhores métodos de cultivar a terra, de construir casas, estradas e obras de arte, assim como a beneficiar o couro, ou fabricar o açúcar, que era abundante. E como havia poucos artífices, os missionários foram também mestres de ofícios, formando numerosos discípulos nas artes de tecelagem, carpintaria, da ferraria ou da sapataria (FONSECA, 1986, p. 20).

Para saber mais

Leia o artigo sobre Celso Suckow da Fonseca e a sua "História do ensino industrial no Brasil", que pode ser acessado através do seguinte link: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38722/20251.

O historiador Luiz Antônio Cunha, em uma obra já clássica, intitulada *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata,* é outro que lembra da importância de colégios jesuítas na formação de alguns artífices, como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, pintores, entre outros. Para entendermos a complexidade dos trabalhos realizados pelos membros da Companhia de Jesus, Cunha (2000, p. 33) lembra que "na Bahia, as oficinas de jesuítas chegaram a produzir embarcações de grande porte, para navegação de cabotagem e longo curso".

Devemos reforçar, de qualquer modo, que não há escolas específicas dedicadas ao ensino desses ofícios. Instituições com esse fim só passarão a existir a partir do Segundo Reinado (1840 – 1889). Ali, no período colonial, as necessidades de ordem material que o meio impunha cotidianamente levavam os membros da Companhia, como, por exemplo, o Padre José de Anchieta, a ensinarem alguns ofícios aos indígenas, também como forma de educá-los através do trabalho e, ao mesmo tempo, de lhes impor a cultura católica em um processo denominado de aculturação. Com isso, queremos dizer também que, via de regra, os ofícios eram ensinados a homens privados de sua liberdade: inicialmente, os indígenas aldeados sob comando de companhias religiosas e, pouco mais à frente, os negros escravizados.

Para saber mais

Segundo o censo de 1872, o número de negros escravizados no Brasil era de pouco mais de 138 mil, o que correspondia a 15,24% da população total, número bastante expressivo. Contudo, cabe lembrar que o tráfico negreiro havia sido abolido em 1850, o que indica claramente que o percentual de escravizados em relação à população total chegou a ser bem maior do que o apontado no censo de 1872. Segundo informações presentes no banco de dados Slave Voyages, o Brasil recebeu quase 5,1 milhões de escravos, no período de 1500 a 1875.
Para saber mais, acesse os seguintes links: https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates (banco de dados sobre o tráfico transatlântico de escravos); http://www.palmares.gov.br/?p=25817 (dados do censo de 1872).

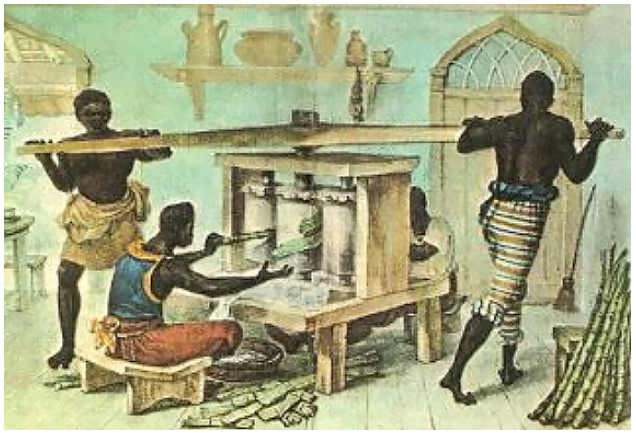
No Colégio de São Paulo de Piratininga, que deu origem à cidade de São Paulo, jesuítas como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega catequizavam os indígenas e lhes ensinavam a língua portuguesa. Não havia, naquele momento, o ensino voltado especificamente para a prática de ofícios. (Óleo sobre tela de Benedito Calixto, s.d). Disponível em: http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/america-portuguesa/82-%C3%A1rea-vicentina/8759-o-col%C3%A9gio-dos-jesu%C3%ADtas. Acesso em: 01 dez. 2019

3. O ENSINO DE OFÍCIOS NOS ENGENHOS DE AÇÚCAR

O açúcar extraído da cana foi a primeira riqueza a sustentar a colonização das terras que hoje chamamos de Brasil. Dizemos a primeira, pois a extração do pau-brasil em feitorias e entrepostos comerciais no litoral não foi sistemática a ponto de representar o que tradicionalmente se chama de ciclo econômico. Além disso, no período que o pau-brasil foi explorado, as terras da colônia eram marginalizadas pelo Império português, que ainda direcionava sua ambição para o comércio de especiarias provenientes das Índias. Apenas a partir de 1532, com a expedição de Martim Afonso de Souza, se inicia uma política efetiva de colonização da América Portuguesa.

E será, repetimos, o “ouro branco” – como era chamado o açúcar – o responsável por alavancar a colonização (ao menos em alguns pontos do domínio português) e trazer os primeiros lucros significativos nessas terras para os cofres do Império lusitano. Realizada nos engenhos de açúcar, a produção desse dito “ouro branco” não era, contudo, tarefa simples. O historiador Antonio Castro afirma que “desde o seu aparecimento em terras brasileiras, o engenho chama a atenção por seu porte e complexidade” (1976, p. 1). O jesuíta e cronista português, Fernão Cardim, já diz algo parecido em 1583, ao afirmar que cada um dos engenhos era uma “máquina e fábrica incrível” (CARDIM, 1925, p. 320).

Segundo Castro, essa máquina complexa era composta por “moenda [...], o aparelhamento destinado a cozer e purificar o caldo, tachos, caldeiras, escumadeiras, [...] e a casa de purgar onde o açúcar é embranquecido e sêco” (1976, p. 2). André João Antonil, também sacerdote, mas de origem italiana, igualmente lembrava, no início do século XVIII, a complexidade desse empreendimento chamado engenho de açúcar, citando na obra *Cultura e Opulência do Brasil* ao menos dezoito funções ligadas ao engenho, dos escravizados que trabalhavam na moenda (imagem a seguir) ao sacerdote que oferecia assistência espiritual. Cada uma dessas funções, bem como das etapas a elas ligadas, necessitava de mão de obra com certo nível de especialização. E, a partir daqui, ao nos referimos a mão de obra estaremos falando, essencialmente, de negros escravizados oriundos de diversos povos africanos. É bem verdade que havia assalariados, mas o número deles foi se tornado cada vez menor, especialmente a partir do século XVII.



Moenda de cana, gravura de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Observe-se que o trabalho apresentado na imagem é realizado exclusivamente por negros escravizados. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/465067099015464049/. Acesso em: 11 abr. 2020.

Já na segunda metade do século XVII, a produção açucareira da Holanda – que havia dominado parte do que hoje é o Nordeste do Brasil, entre 1630 e 1654 – na região das Antilhas torna-se forte concorrência. Ainda no fim daquele século, a descoberta do ouro em Minas Gerais faz brilhar os olhos da realeza de Portugal e, em pouco tempo, o centro econômico da colônia passa a ser a região das Minas Gerais. Ali, também, por conta das diversas atividades de mineração, houve aprendizagem e prática de novos ofícios manufatureiros.

4. O "CICLO" DO OURO E OS NOVOS OFÍCIOS LIGADOS À MINERAÇÃO

No fim do século XVII, finalmente Portugal realizava o sonho do Eldorado, a terra reluzente de ouro. Esse metal tão precioso para a economia dos países mercantilistas foi encontrado pelos paulistas na região das Minas gerais, através de movimentos conhecidos como entradas (empreendimentos patrocinados pela Coroa Portuguesa) e bandeiras, dedicadas, especialmente, ao aprisionamento de indígenas e à busca por metais preciosos.

Para saber mais

O Mercantilismo é considerado a primeira fase do Capitalismo, com características como o metalismo (busca pelo acúmulo de metais preciosos), o colonialismo, o intervencionismo estatal/protecionismo, entre outras. Para saber mais sobre esse sistema, acesse: http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/27/27

A descoberta do ouro alterou claramente os rumos da colonização e fez o Império Português ressurgir, após uma crise de décadas ligada, entre outros fatores, à União Ibérica (período em que o reino de Portugal esteve sob controle do reino da Espanha, de 1580 a 1640), à disputa com a Holanda e à crise do comércio do açúcar.

A riqueza encontrada na região das Minas Gerais modificou a dinâmica de povoamento do território e a própria extensão dos domínios de Portugal. Milhares de pessoas afluíram para o centro da colônia, o que levou a população local a um crescimento vertiginoso. Os dados populacionais não são tão precisos, pois pouco se fazia censos à época e aqueles que existem carecem de maior detalhamento. Mas, o Atlas Histórico do Brasil indica que, entre 1742 e 1786, a população da região das Minas mais que dobrou, passando de 174 mil para 363 mil habitantes. No início daquele século, por volta de 1705, não devia passar de 30 mil almas. Pelas bandas de Portugal, havia quem temesse que o país ficasse vazio, razão pela qual a Coroa editou, em 1720, uma lei proibindo que lusitanos embarcassem para o Brasil, a não ser que fosse para ocupar cargo público. Sérgio Buarque de Holanda, um dos grandes nomes da historiografia brasileira, estima que um terço da população da colônia tenha se voltado para a mineração no auge da exploração aurífera (HOLANDA, 1973).

Para saber mais

O Atlas Histórico do Brasil é um trabalho coletivo realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para buscar mais dados sobre a população brasileira, do período colonial à contemporaneidade, acesse: https://atlas.fgv.br/

Com tamanho crescimento populacional, novos serviços e profissionais se farão necessários. Para a região das Minas chegam pedreiros, carpinteiros, ferreiros, entalhadores e pintores, entre outros. Além disso, havia o trabalho com o ouro propriamente. A Coroa Portuguesa criou as casas de fundição, onde o ouro era derretido e transformado em barra para posterior cobrança do quinto (os 20% que eram devidos à metrópole portuguesa). Ali, trabalhavam oficiais ensaiadores (responsáveis por analisar as ligas de ouro e as de prata a fim de conhecer o quilate ou toque), fundidores e moedeiros. Segundo o historiador Luiz Antônio Cunha (2000, p. 36), "os aprendizes desses ofícios levavam de quatro a seis anos para serem considerados habilitados quando, então, recebiam um prêmio em dinheiro."

Havia, ainda, os ourives, aqueles que faziam o trabalho artístico, tomando ouro e prata como matéria-prima. Mas, a Coroa Portuguesa, temendo o contrabando, fiscalizou e acabou por conter a expansão do trabalho desses artistas. Tal procedimento não foi necessário com entalhadores, pintores e escultores, os quais, segundo Cunha (2000, p. 37), "não obedeciam aos regulamentos que se tentou impor aos ofícios mecânicos. [...] Não havia contratos escritos, número mínimo de aprendizes por mestre, nem outras restrições" associadas àqueles ofícios. Nessa perspectiva, pais podiam repassar o ofício aos seus filhos. Foi o que fez o artista de maior destaque à época, Manoel Francisco Lisboa, o Aleijadinho, português de nascimento que levou sua arte ao máximo desenvolvimento na rica capitania das Minas Gerais.

O carregamento da Cruz, escultura feita em madeira policromada por Manuel Francisco Lisboa, o Aleijadinho, 1796. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra57561/o-carregamento--da-cruz-o-salvador-carregando-o-madeiro. Acesso em: 12 abr. 2020.

5. AS CORPORAÇÕES OU BANDEIRAS DE OFÍCIOS NA COLÔNIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Você já ouviu falar nas Corporações de Ofícios? Normalmente, elas são associadas à Europa Medieval. E, de fato, essas Corporações surgiram por lá a partir do século XII, quando o velho continente começava a viver a lenta transição da Idade Média para a Moderna, do Feudalismo para o Capitalismo. Elas eram organizações formadas por profissionais que produziam e, ao mesmo tempo, ensinavam seus ofícios. Havia corporações de ferreiros, sapateiros, tipógrafos, serralheiros, carpinteiros, vidreiros, entre tantas outras, que passaram a ter domínio sobre um determinado fazer e sua comercialização. Ou seja, em determinada região, ninguém podia fabricar e comercializar sapatos, caso não fizesse parte da corporação ligada a esse ofício.

Nessas terras que foram colônia de Portugal, parte da estrutura social presente na metrópole moveu-se também para cá, de maneira que também nós tivemos as corporações ou, como mais comumente foram chamadas aqui, bandeiras de ofícios. O nome bandeiras liga-se ao fato de as corporações serem representadas por estandartes (ou bandeiras) de santos que as protegiam. Nessa perspectiva, como lembra Celso Fonseca, tais organizações estabeleciam muitas vezes "determinações estranhas ao exercício da profissão, como, por exemplo, a obrigação de contribuir para festividades e procissões religiosas" (1986, p. 41).

Mas, afinal, como funcionavam essas bandeiras de ofícios? Havia uma estrutura relativamente rígida que as guiava e que estava ligada às suas origens no continente europeu. As corporações eram formadas pelos mestres de ofício, pelos aprendizes e jornaleiros (aprendizes formados, que trabalhavam em troca de um salário). Os mestres tinham para com os aprendizes uma série de obrigações para além do ensino do ofício, tais como "levá-los à igreja, dar-lhes bons material didáticos, corrigi-los sempre que fosse necessário, infringindo-lhes até castigos físicos", como explicou Fonseca (1986, p. 33).

Vê-se, assim, o quão rígida era a hierarquia estabelecida nas corporações ou bandeiras de ofícios. E, com o passar do tempo, a tendência foi de diminuição do espaço dado aos aprendizes, que passaram a enfrentar cada vez mais barreiras para se tornarem oficiais (profissionais formados), entre as quais o alongamento do tempo de formação, que podia chegar a até 30 anos. Isso mesmo! Trinta anos! Claro que alguns se revoltaram diante das condições impostas pelos mestres e começaram a formar suas próprias organizações, as quais, quando descobertas, eram denunciadas pelos mestres.

É importante lembrar que, na medida em que falamos do Brasil no período colonial, necessariamente, nos referimos à mão de obra escravizada. Ela estava nos engenhos, nas minas e também nas corporações ou bandeiras de ofícios. Havia, em todos esses

espaços, trabalhadores livres, mas, a regra era o trabalho feito por negros escravizados. É claro que, quando nos referimos às bandeiras, aos aprendizes que eram escravizados a possibilidade de ascensão era pequena: poucos, via de regra, tornavam-se oficiais e estes, raramente, chegavam a mestres. Outro ponto a ser destacado é que a prática de diversos ofícios por mão de obra escravizada fará com que alguns autores, como Fonseca (1986) e Cunha (2000), afirmem que o desprezo pelos trabalhos manuais na cultura brasileira liga-se justamente à conexão entre essas atividades e a escravidão, como se pode observar na imagem a seguir.

Obra Loja de Sapatos (aquarela sobre papel), do pintor francês Jean-Baptiste Debret, presente em sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de 1834. Disponível em: https://nacoesunidas.org/especial-entre-o-brasil-e-a-africa-houve-uma-troca-forte-e-poderosa-alberto-da-costa-e-silva/loja_de_sapateiro_aquarela_jean-baptiste_debret/. Acesso em: 13 abr. 2020.

Para saber mais

Uma análise mais detalhada desta e de outras obras de Jean-Baptiste Debret foi feita pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento e pode ser acessada através do seguinte link: http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/sandra_jp.html

No início do século XIX, mais especificamente a partir de 1808, o Brasil passa a viver outra realidade com a chegada da família real às terras da então colônia e a consequente abertura dos portos às nações amigas (essencialmente, à Inglaterra). A partir desse momento, as bandeiras de ofícios, que já não viviam seu auge, passam a sofrer com a concorrência dos produtos importados e vão se esfacelando. Em 1824, portanto dois anos após a Independência, a primeira Constituição do Brasil irá abolir em definitivo as ditas bandeiras de ofícios.

Atividades integradas

Observe atentamente o quadro Loja de Sapatos, presente nesta aula, do pintor francês Jean-Baptiste Debret, e descreva a cena apresentada, destacando especialmente os personagens envolvidos.

Orientação importante: não pesquise sobre a obra em nenhum lugar, antes de fazer sua própria interpretação. Quanto mais treinamos nosso olhar, mais sensibilidade desenvolvemos para fazermos análises apuradas. Este é o momento de treinar seu olhar. Veja cada personagem, suas feições, como interagem, que objetos portam, em que espaço estão situados... Se você já conhecer um pouco do autor e suas obras, ainda melhor, pois assim poderá compará-las, estabelecendo relações que facilitem a interpretação. Mas, se não, não há problema. Veja os elementos da própria obra que podem ser explorados.

Na sequência, com base na sua leitura do quadro e nos conhecimentos adquiridos sobre o tema, discorra a respeito da seguinte questão:

- A associação entre trabalhos manuais e escravidão pode ser considerada a principal causa do desprezo a essas atividades na cultura brasileira?

Lembre-se!

No período colonial (1500 – 1822), o Brasil não existe como nação independente. Essas terras pertenciam à Coroa Portuguesa, denominada metrópole, razão pela qual, por vezes, utilizamos o termo *América Portuguesa*, em vez de Brasil.

Mais importante do que compreender a nomenclatura é ter clareza do que esse domínio de Portugal sobre essas terras representava. Em essência, a colônia estava submetida à metrópole através do que chamamos de pacto colonial. Em tese, aqueles que viviam nas terras da América Portuguesa só podiam negociar com Portugal, que, como metrópole, buscava ter o máximo controle sobre a colônia. Claro que isso nem sempre era possível. Basta lembrar que muito do ouro extraído na região das Minas Gerais foi contrabandeado, tendo escapado, portanto, da fiscalização da Coroa. Seja como for, esse controle que se procurava estabelecer, bem como a escravidão, foram fatores que acompanharam o ensino de ofícios ao longo de todo o período colonial.

Síntese da aula

Pudemos observar que, ao longo do período colonial, não houve uma política de Estado voltada para a aprendizagem de ofícios na América Portuguesa. A razão para isso é muito simples: Portugal não estava preocupado com o progresso de sua colônia. Pelo contrário, a ideia era manter sempre firmes os laços de dependência com a metrópole. É com esse intento que a Rainha Maria I lança, em 1785, o Alvará Régio proibindo a abertura de fábricas e manufaturas no território da colônia.

Apesar disso, o ensino de ofícios se estabeleceu em alguns espaços, como pudemos ver ao longo da aula. As companhias religiosas, por exemplo, usavam esse aprendizado como parte do processo de catequização, entendendo o trabalho como ferramenta importante para educar e servir aos propósitos divinos. Das diversas companhias que atuaram na colônia, a que mais se destacou no ensino de ofícios foi a Companhia de Jesus.

Os engenhos de açúcar se aproximavam das fábricas modernas. O processo de fabrico do açúcar era complexo e envolvia diversas etapas, atividades e equipamentos. No geral, esses equipamentos eram manuseados por mão de obra negra escravizada, sendo necessário, para alguns escravos, treinamento específico para desempenho de suas funções.

Não podemos nos esquecer dos ofícios ligados à mineração. Nas casas de fundição, trabalhavam ensaiadores, fundidores e moedeiros. Além desses ofícios, podemos destacar aqueles ligados à arte, como os de escultor, entalhador e pintor. No campo artístico, no chamado ciclo do ouro, ninguém se destacou mais do que Manuel Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Por fim, seguindo o modelo estabelecido na Europa no período medieval, nas terras da Colônia foram estabelecidas também as corporações ou bandeiras de ofícios, com rígida hierarquia interna. Um detalhe interessante: por aqui, boa parte dos aprendizes eram negros escravizados e, como vimos, sua possibilidade de ascensão era reduzida.

Leituras complementares

ANTONIL, Andre João. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca, 1837. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222266. Acesso em: 25 ago. 2020.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII e XIX). **América Latina en la historia económica**, v. 1, n. 01, p. 41-55, 1994. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281464. Acesso em: 10 abr. 2020.

FLEXOR, Maria Helena. Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador. In: **ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DO BARROCO IBERO-AMERICANO**. 2006. Disponível em: https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Maria%20Helena%20Ochi%20Flexor.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

Avaliação da aprendizagem

Questões para reflexão:

1. Por que autores como Cunha e Fonseca afirmam que ofícios manuais são desvalorizados na cultura brasileira? Que fatores levam a essa desvalorização?

2. Em que espaços na América Portuguesa podiam ser verificados o ensino de ofícios? Discorra sobre duas características de cada um desses espaços.

3. Qual o perfil dos aprendizes de ofícios no período colonial? Havia trabalhadores livres assalariados desempenhando esses ofícios?

Orientação: ao responder às questões, produza um texto coeso e coerente. Use seus próprios argumentos e palavras, evitando meras citações de partes do material.

Referências

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil.** Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788. Acesso em: 25 ago. 2020.

CASTRO, A. de B. **Escravos e senhores nos engenhos do Brasil:** um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Tese de Doutorado, 1976. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1976. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_fb75310edc52d868b8771ac80a656b60. Acesso em: 10 abr. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: EDUNESP, 2000.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**, v. 1. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

HOLANDA, Sérgio B. de. Metais e Pedras Preciosas. In: _____. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 3. ed. Tomo 1, V. 2. São Paulo: DIFEL, 1973.

Aula 2

A Educação Profissional no Império: a Experiência de Colégios de Educandos Artífices e Liceus

Objetivo de aprendizagem

- Compreender as marcas do ensino de ofícios na colônia, em um contexto de desvalorização do trabalho manual;
- Relacionar o ensino de ofícios no período com a prática da escravização de pessoas negras;
- Analisar as iniciativas no campo do ensino de ofícios na colônia em espaços específicos, tais como o engenho, as corporações de ofício e as companhias religiosas.

Conteúdos e seus desdobramentos

1813	1822	1831	1840	1840-1865	1854	1858	1862	1873	1882	1888	1889
Nasce Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, homem que marcará uma Era no Brasil.	O Brasil se torna independente pelas mãos de Dom Pedro I.	Após um reinado conturbado, Dom Pedro I abdica do trono em nome de seu filho, que tinha apenas 5 anos.	Com o golpe da maioridade, inicia-se o 2º Reinado, período em que serão erguidas algumas instituições de ensino profissional.	São criados dez Colégios de Educandos Artífices, sustentados pelos governos provinciais.	É inaugurada a primeira ferrovia do Brasil, conhecida como *Estrada de Mauá*.	Em janeiro, é aberto o primeiro Liceu de Artes e Ofícios no Brasil, localizado no Rio de Janeiro. É fundado o Colégio de Educandos Artífices em Natal.	O Colégio de Natal é fechado, sob a alegação de que era um "foco de imoralidades".	É inaugurado o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.	Rui Barbosa discursa no Liceu do Rio de Janeiro, destacando a importância da formação profissional para a indústria.	Com a abolição da Escravidão, novos projetos de ensino profissional são discutidos.	Em 15 de novembro, inicia-se a República, trazendo novas (e velhas) ideias sobre o ensino profissional.

Olá, caro(a) estudante! Como você está?

Na aula passada, vimos as iniciativas voltadas para o ensino de ofícios na Colônia e os seus limites. Neste segundo momento, abordaremos o contexto brasileiro no século XIX, ou seja, no período imperial.

Você já ouviu falar que, nesse período, mais especificamente nos meados do século XIX, o Brasil tinha um Imperador e um Rei? Certamente, você sabe que o Brasil foi governado, entre 1840 e 1889, por Dom Pedro II. Talvez saiba também que ninguém passou mais tempo governando o Brasil do que esse monarca, o qual chegou ao poder com apenas 14 anos de idade. Mas e no Barão de Mauá, você já ouvi falar?

Em tempos em que se discute como nunca sobre empreendedorismo – essa capacidade de pensar e realizar projetos e negócios, especialmente aqueles que tenham caráter

inovador – o Barão de Mauá é, certamente, um significativo exemplo de empreendedor a ser lembrado (talvez não seja exagero dizer que foi o primeiro empreendedor brasileiro!). Nascido em 1813, Irineu Evangelista de Sousa era membro de uma família de proprietários de uma pequena propriedade agrícola. Com grande tino comercial, o Barão de Mauá, como ficou conhecido posteriormente, tornou-se o homem mais poderoso na economia brasileira, controlando as maiores empresas do país a partir da década de 1830, com destaque para o Banco do Brasil.

Fotografia de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, por volta de 1870. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/561331541037316477/?autologin=true. Acesso em: 01. abr. 2020.

À época, o país não tinha uma infraestrutura capaz de alimentar a indústria nacional. Mauá, com capital próprio, ajuda a alavancar essa infraestrutura, sendo responsável por criar a primeira fundição e estaleiro no Brasil, em Ponta de Areia (Niterói–RJ) no ano de 1846. Criou ainda a primeira ferrovia, a ***Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis*** (1854), logo conhecida como Estrada de Mauá, a qual conectava o Porto de Mauá a Fragoso–RJ, com extensão de cerca de 14,5 km. Tais ações foram fundamentais para que o Brasil vivesse seu primeiro surto de industrialização, nos meados do século XIX, período que, não por acaso, ficou denominado de Era Mauá. Foi nesta época que, pela corte imperial, passou-se a comentar que o Brasil tinha um Imperador, Dom Pedro II, e um Rei, o Barão de Mauá, tamanho era seu poder.

Mas o que isso tudo tem a ver com a educação profissional brasileira no período imperial?

1. OS COLÉGIOS DE EDUCANDOS ARTÍFICES

Diante desse primeiro surto de industrialização, cresce a necessidade de formação de mão de obra para atuar na ainda incipiente, pequena, indústria nacional. Uma iniciativa tomada nesse sentido será a criação dos Colégios de Educandos Artífices, abertos em dez das vinte províncias – atualmente estados – que havia no Brasil. Curiosamente, o Rio Grande do Norte foi uma dessas províncias a ter um colégio como aqueles.

Se está posto que essas instituições de ensino não foram criadas em todas as províncias, deve-se entender, a partir daí, que essa iniciativa não foi dirigida diretamente pelo Império brasileiro. Na verdade, essas e outras iniciativas no campo da educação profissional nos tempos do Império eram desarticuladas e sustentadas por particulares e pelos governos provinciais.

Esses Colégios, também chamados em alguns lugares de Casas de Educandos, deveriam ajudar as províncias a superarem o estado de pouco aperfeiçoamento das artes e ofícios, contribuindo para a formação de operários experimentados, como disse o próprio presidente da província do Rio Grande do Norte, Antônio Gonçalves (1860, p. 9), em discurso feito na Assembleia Provincial, em 1858. Contudo, os Colégios de Educandos não tinham apenas foco na formação profissional: o disciplinamento de jovens pobres, no intuito de torná-los cidadãos ordeiros – o que será ainda mais claro nas Escolas de Aprendizes Artífices, inauguradas no período republicano – era também objetivo dessas instituições.

Mas, no fim das contas, como funcionavam tais colégios?

Sobre o público, os alunos eram jovens pobres do sexo masculino. Esses aprendizes tinham aulas de primeiras letras, princípios religiosos, geometria, mecânica aplicada às artes (uma observação: artes, nessa época, pode ser entendida como sinônimo de ofícios) e música. Não havia, portanto, o ensino de um ofício específico, mas sim noções gerais de geometria e mecânica, por exemplo, que os aprendizes poderiam aprofundar na prática profissional.

Os locais onde esses colégios funcionavam eram, via de regra, improvisados. O prédio que serviu de sede para o Colégio do Rio Grande do Norte, por exemplo, era alugado e tinha estrutura ineficiente para abrigar os trabalhos dos educandos e professores. Esses profissionais, por sua vez, não tinham formação específica, sendo indicados pela direção do colégio por seu conhecimento prático e, certamente, também por interesses políticos. Os salários, de qualquer modo, eram baixíssimos. Essa realidade da formação profissional dos mestres ou da ausência dela, bem como os salários baixos, não mudará muito no início do século XX com as Escolas de Aprendizes. Mas isso é um ponto a ser visto mais adiante.

A fotografia da sede da Fazenda Santana de 1915, onde funcionou entre os anos de

1825 e 1868 o Seminário de Santana, dá-nos uma ideia geral do formato dos Colégios de Educandos. Em 1874, foi transformado em Instituto dos Educandos Artífices (São Paulo). Fonte: STAMATTO, 2016, p. 26. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4685/1547. Acesso em 30 mar. 2020.

Pelo que foi dito até aqui, pode-se compreender que a realidade desses Colégios não era das mais simples. É importante lembrar, novamente, que tais instituições não tinham suporte financeiro do governo do Império, de modo que acabavam por serem sustentadas pelos governos das províncias, as quais, por sua vez, viviam muitas vezes em um estado de penúria, com poucas reservas em seus cofres. Com tudo isso, não se deve estranhar que essas instituições tenham tido vida curta. O Colégio de Educandos Artífices do Rio Grande do Norte, por exemplo, começou a funcionar em 1858 e fechou em 1862, uma brevíssima vida de 4 anos. Nenhum aluno se formou!

Apesar dessas condições bastante impróprias ao desenvolvimento da Instituição, o presidente da província do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Veloso (1862, p. 25), afirmou, no ano de fechamento do Colégio, que o espaço abrigava “meninos desvalidos feitos e

afeitos a vícios" e que a instituição fechou por ter-se tornado "um foco de imoralidade." Um ex-aluno da instituição, Joaquim Lourival Soares da Câmara, segundo relatou o historiador e folclorista Câmara Cascudo (1980, p. 180), contestava a posição de Veloso, explicando o fechamento do Colégio por questões econômicas e políticas.

2. OS LICEUS DE ARTES E OFÍCIOS

Nos Liceus de Artes e Ofícios, formados por sociedades privadas, tentou-se oferecer aos alunos, todos homens, uma formação mais específica do que aquela destinada ao público dos Colégios e Casas de Educandos Artífices. Os ditos liceus foram inspirados no Brasil por experiências bem sucedidas na Europa, com destaque para a França, onde o ensino técnico-profissional caminhava a passos largos.

O primeiro desses Liceus foi o do Rio de Janeiro, fundado em 1858. O seu sustento vinha das doações de sócios, em dinheiro ou mercadorias, e das subvenções do Estado, a partir das boas relações que esses sócios mantinham com o governo. Os cursos eram abertos à população, vedando-se, contudo, a participação de escravos, os quais representavam, de acordo com o censo de 1872 (portanto, 22 anos após a abolição do tráfico negreiro no Brasil) 15% da população do país. Apesar dos esforços para o desenvolvimento da instituição, a insuficiência de recursos retardou bastante a abertura de oficinas, de modo que é possível dizer que o Liceu do Rio de Janeiro era mais de artes que de ofícios.

Localizado naquela que era, então, a capital do Império do Brasil, o Liceu do Rio de Janeiro foi a primeira instituição aberta com essa denominação – o Liceu de São Paulo só começaria a funcionar 15 anos depois. Foi fundado com capital privado, como era a regra no momento, tendo o financiamento da Sociedade Propagadora das Belas Artes. No Liceu do Rio, os alunos aprendiam português, álgebra, geometria, história das artes e ofícios,

mecânica aplicada, entre outros conteúdos. A clientela era formada por jovens livres das classes populares. Mulheres só passaram a ingressar na instituição a partir de 1881, em um curso só para elas. Eram atendidas aquelas que já trabalhavam em fábricas, não sem muita resistência da sociedade da época, de natureza patriarcal, que questionava a necessidade de mulheres aprenderem ofícios vistos essencialmente como masculinos.

Em fins de 1882, Rui Barbosa discursava no Liceu de Artes e Ofícios da capital imperial. A instituição estava completando 24 anos e o orador estava entusiasmado. Dirigiu sua fala para a importância do desenho e da arte industrial para o desenvolvimento da nação. Parecia vislumbrar um futuro redentor para o país. Nesse futuro, a vocação agrícola da nação poderia conviver bem com uma próspera indústria: "somos uma nação agrícola. E por que não também uma nação industrial?", perguntava Rui Barbosa (1882, p. 15). Se ainda faltava algo, esse algo era uma "educação especial" capaz de formar a mão de obra para atuar na indústria, livrando-nos de qualquer dependência do estrangeiro. O Liceu do Rio, para Barbosa, deveria servir de exemplo a outros.

Para pesquisar

Quem foi Rui Barbosa? Busque mais informações sobre esse intelectual tão importante para o cenário educacional brasileiro no site da Fundação Casa de Rui Barbosa: http://www.casaruibarbosa.gov.br/.

Nesse endereço, você encontrará cronologias sobre o autor, além de dezenas de obras e textos seus, entre os quais o discurso proferido no Liceu do Rio, em 1882, intitulado O desenho e a Arte Industrial (seção Textos online).

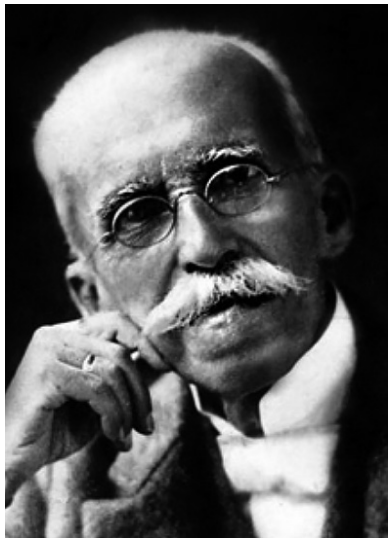


Imagem de Rui Barbosa, intelectual e político baiano que ocupou importantes cargos públicos entre o fim do Império e início da República, além de ter se debruçado sobre questões relativas ao ensino profissional no Brasil. Disponível em: academia.org.br. Acesso em: 23 jul. 2020.

Em São Paulo, o Liceu foi aberto em 1873, também sustentado por uma sociedade privada, cujo capital firmava-se, em especial, na produção cafeeira. A partir de 1880, o Liceu de São Paulo passou a oferecer cursos de desenho, serralheria, marcenaria, entre outros.

Fotografia da oficina de ferreiros, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, por volta de 1910. Na capital paulista, o Liceu passou pelo Império e permanece vivo até hoje, tendo passado por diferentes fases e propostas pedagógicas ao longo desses quase 150 anos. Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de SP. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Liceu_de_Artes_e_Of%C3%ADcios_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 30 mar. 2020.

O relativo sucesso dos liceus de artes do Rio de Janeiro e de São Paulo não se deveu ao governo imperial, o qual pouco fez no campo da educação profissional. Cabe lembrar que o ensino de ofícios estava, à época, ainda muito associado à ideia de disciplinar as classes populares, como dissemos há pouco. Enquanto reinava a escravidão no país, abolida apenas um ano antes da República, os dirigentes do Império não tinham de se preocupar com os membros daquelas classes, os quais tendiam, em sua visão, ao mundo dos vícios,

da vadiagem e dos crimes. Eles já estavam devidamente controlados pelos grilhões do regime escravocrata. É na virada do século XIX para o XX, da Monarquia para a República, que se acentua drasticamente o medo em relação às tais classes populares, cada vez mais lembradas pelas elites como classes perigosas. Por isso, como veremos logo adiante, é na República que haverá uma iniciativa mais consistente e centralizada em torno da Educação profissional.

Atividades integradas

Trabalho com o documento

A partir das imagens presentes nesta aula, em especial a imagem que retrata a oficina de ferreiros, no Liceu de Artes e ofícios de São Paulo, discorra sobre quem eram os alunos dos Liceus. Antes de pesquisar na internet, procure analisar com cuidado as imagens disponibilizadas. O que elas nos permitem dizer sobre os alunos? Eram jovens ou adultos? Que idade tinham em média? Qual seria sua condição social? Há outros personagens que possam ser identificados? Há mulheres nas imagens?

Lembre-se!

Liceus e Colégios de Educandos Artífices, instituições estudadas nesta aula, foram financiados por sociedades privadas e pelos cofres das províncias. Não houve, neste momento, um apoio do governo imperial para manutenção dessas instituições, as quais tinham seus próprios regulamentos e não se subordinavam a esse governo.

Síntese da aula

Vimos nesta aula que a criação de instituições como os Colégios de Educandos Artífices e Liceus de Artes e Ofícios está diretamente ligada ao surto de industrialização que o Brasil viveu em meados do século XIX, período que ficou conhecido com Era Mauá. Este empreendedor e alguns intelectuais como Rui Barbosa entendiam que a chamada "vocação agrícola" brasileira poderia conviver com uma vocação industrial, sendo necessário, para tanto, formar mão de obra especializada para as indústrias.

Se os Colégios tiveram vida curta, muito por conta das dificuldades enfrentadas pelas províncias, alguns Liceus permaneceram abertos na República e os do Rio de Janeiro e São Paulo funcionam até hoje, tendo passado, é claro, por muitas modificações desde suas fundações.

Por fim, é importante lembrar que, além da formação profissional, essas instituições tinham também o objetivo de disciplinar os jovens alunos, na grande maioria das vezes, vindos das classes populares, as quais eram temidas pelos dirigentes do Império e pela elite da época, de um modo geral.

Leituras complementares

BARBOSA, R. **O desenho e a arte industrial** (1882). Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_ODesenho_e_a_ArteIndustrial.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

STAMATTO, M. I. S. Experiências escolares para a infância desvalida - Brasil Imperial (1822-1889). In: **Revista Holos**, v. 5, 2016. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4685/1547. Acesso em 30 mar. 2020.

DICA DE FILME:

Mauá – o Imperador e o Rei (1999) – 132 minutos
Direção: Sérgio Rezende
Produção: Joaquim Vaz de Carvalho
Roteiro: Sérgio Rezende, Joaquim Vaz de Carvalho, Paulo Halm
Sinopse: o filme mostra a infância, o enriquecimento, a falência e a nova guinada nos negócios de Irineu Evangelista de Souza (1813 – 1889), o empreendedor gaúcho conhecido como Barão de Mauá, considerado o primeiro grande empresário brasileiro, responsável por uma série de iniciativas modernizadoras para a economia nacional ao longo do século XIX. O diretor Sérgio Rezende formulou sua narrativa a partir da obra de Jorge Caldeira, *Mauá, o empresário do Império.* (fonte: http://www.historia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147)

Capa do filme Mauá: o Imperador e o Rei (1999), estrelado por Paulo Betti. Imagem disponível em: adorocinema.com. Acesso em: 23 jul. 2020.

Avaliação da aprendizagem

Questões para reflexão:

1. Em que contexto foram criados os Colégios de Educandos Artífices e os Liceus de Artes e Ofícios? Quais eram suas finalidades?

2. Por que dificuldades essas instituições de ensino passaram em sua manutenção?

3. Qual era o seu público-alvo? O que podemos dizer sobre esse público?

Orientação: responda às questões com textos coesos e coerentes. Use seus argumentos e palavras, evitando meras repetições de partes da aula.

Referências

BARBOSA, R. **O desenho e a arte industrial (1882)**. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_ODesenho_e_a_ArteIndustrial.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

CASCUDO, L. da C. **História da cidade do Natal**. 2. ed. (1. ed. 1947). Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Natal: EDUFRN, 1980.

GONÇALVES, A. M. N. **Relatório à assembleia provincial do Rio Grande do Norte,** 1860. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/848/. Acesso em: 11 out. 2015.

STAMATTO, M. I. S. Experiências escolares para a infância desvalida - Brasil Imperial (1822-1889). **Revista Holos**, v. 5, 2016. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/4685/1547. Acesso em 30 mar. 2020.

VELOSO, P. L. **Relatório à assembleia legislativa do Rio Grande do Norte**, 1862. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/851/. Acesso em: 31 dez. 2015.

Aula 3

História e política da educação profissional nas primeiras décadas da República: o nascimento da rede de ensino profissional

Objetivo de aprendizagem

- Relacionar o contexto de transformações da sociedade brasileira na virada do século XIX para o XX com o cenário educacional no mesmo período.
- Compreender o papel das Escolas de Aprendizes Artífices criadas no Brasil por meio do decreto nº 7.566/1909.
- Entender qual era o público-alvo dessas escolas e o que se esperava desses aprendizes.

Conteúdos e seus desdobramentos

1907	1909	1911	1918	1920	1696	1926	1930	1937
Em discurso para o Congresso, Afonso Pena trata de reforma na Educação e de incentivo ao Ensino Profissional.	Nilo Peçanha assume a presidência da República e lança o decreto nº 7.566, responsável por criar as Escolas de Aprendizes Artífices.	As Escolas têm seu primeiro regulamento.	Um novo regulamento é criado, tentando dar solução a alguns problemas, como o da evasão escolar.	O Governo Federal cria o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional.	O ouro é descoberto nas Minas Gerais. Novos ofícios surgem em torno da mineração.	A Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes reforça mudanças importantes nessas instituições.	Vargas assume o poder. Sua política de industrialização eleva o orçamento das Escolas de Aprendizes.	As Escolas de Aprendizes passam a ser denominadas de Liceus Industriais.

Olá, caro aluno e cara aluna! Tudo bem?

Na aula passada, vimos os caminhos e descaminhos do Ensino Profissional no período imperial. Entre outros pontos, observamos que não havia, naquele momento, uma política nacional voltada para aquele ramo de ensino. Mas, quando essa realidade começou a mudar?

Você está estudando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Parabéns por sua escolha! Mas você sabe quando foi criada a instituição em que você estuda hoje?

Uma resposta possível é 2008. De fato, no final daquele ano, a lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre os quais o do Rio Grande do Norte. Contudo, se pesquisarmos com mais cuidado a história desses Institutos e da Rede Federal, veremos que eles são centenários! Isso mesmo!

Indo do presente ao passado mais longínquo, vemos que, antes de sermos Institutos Federais, fomos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet's), Escolas Técnicas

Federais (ETF's), Escolas Industriais, Liceus Industriais e Escolas de Aprendizes Artífices (EAA's). A caminhada até chegarmos ao ponto em que nos encontramos hoje, portanto, foi longa, tendo começado lá pelos idos de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha criou, através do Decreto nº 7.566, as Escolas de Aprendizes Artífices.

Para saber mais

Acesse a íntegra do documento através do seguinte endereço: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html

É claro que muitas mudanças se processaram daqueles tempos para cá. Hoje, trabalhamos com o ensino médio integrado, subsequente, graduações, especializações e até mesmo mestrados e doutorados. Será que as Escolas de Aprendizes trabalhavam com tantas modalidades de ensino? E o público, hoje tão diversificado, será que se aproxima daquele que ingressava naquelas escolas? Por fim, o que podemos dizer sobre a formação desses alunos? Será que aquelas instituições buscavam uma formação omnilateral dos aprendizes, ou seja, uma formação técnico-científica, mas também humana e cidadã, como hoje estabelece o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do IFRN (2012)?

Nesta aula, tentaremos responder a algumas dessas questões, conhecendo um pouco melhor a história das Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil, com destaque para a Escola criada em Natal. Antes de tratarmos dessas Escolas, vamos mostrar um pouco do que estava acontecendo na República Brasileira, entre fins do século XIX e início do XX.

Vamos aos estudos!

1. O BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO

Ainda pouco antes da proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, o Brasil viveu uma mudança social muito significativa! Referimo-nos à abolição da Escravidão, ocorrida em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea. É certo que esse processo não ocorreu do dia para a noite. Também é importante dizer que a abolição não foi um mero ato burocrático realizado pela Princesa Isabel com a assinatura da Lei Áurea.

Pelo contrário, houve muita luta e resistência por parte dos escravizados, homens e mulheres vindos dos mais diferentes lugares da África. Por conta disso, com a articulação do movimento negro no Brasil, a partir do final da década de 1980, o 13 de maio foi perdendo força no calendário de comemorações desse movimento e da sociedade brasileira como um todo, abrindo cada vez mais espaço para o Dia da Consciência Negra, o 20 de novembro, em referência a Zumbi dos Palmares, líder do quilombo símbolo de resistência à escravidão no país.

Dito isso, a abolição da escravidão trazia um problema para as elites do Brasil. Na visão dessas elites, os pobres, inclusive os negros recém-libertos, tendiam à ociosidade, ao mundo dos vícios e do crime. Esse pensamento, que se constrói no período imperial e é consolidado na República, no pós-abolição, leva a uma questão importante: sem os grilhões da escravidão, como fazer esses homens trabalharem? Como criar neles uma cultura de trabalho e de negação da vadiagem?

No fim das contas, nem a Lei Áurea, nem a Proclamação da República deram conta de integrar àquela sociedade da virada para o século XX os mais humildes, os grupos populares. Pelo contrário, as elites da época faziam questão de deixar claro que a posição desses grupos deveria ser de submissão, de aceitação da ordem vigente, a qual era marcada por profundas desigualdades.

É nesse contexto que nascem as Escolas de Aprendizes Artífices. Pelo que se vê no decreto que as cria, elas deveriam justamente educar esses pobres, denominados no texto da lei de desfavorecidos de fortuna, ensinando-lhes um ofício. Ao mesmo tempo em que seriam disciplinados nesses estabelecimentos, esses jovens desafortunados aprenderiam uma profissão, o que permitiria o desenvolvimento da indústria nacional. Mas, afinal, como foi executado esse projeto? As Escolas deram os resultados esperados?

2. AS ESCOLAS DE APRENDIZES EM SEUS ANOS INICIAIS

A discussão a respeito da criação de escolas voltadas para o ensino profissional de jovens desafortunados ganha força no início do século XX, quando o regime republicano já estava mais consolidado no Brasil, após uma série de disputas envolvendo o governo federal e os governos locais, sob o comando de grupos oligárquicos.

Com o presidente Afonso Pena, que governou o país de 1906 a 1909, não faltou um ano em que o ensino profissional não tenha sido tratado em suas mensagens ao Congresso. Para Pena, era preciso reformar a Educação no país e incentivar o ensino profissional e técnico, para progresso do comércio, da lavoura e da indústria nacionais. O presidente, porém, morreu em meados de 1909 sem levar adiante seus propósitos no campo educacional.

A tarefa de criar escolas de ensino profissional espalhadas pelos estados brasileiros coube mesmo a Nilo Peçanha, que assumiu a presidência da República após a morte de Pena. O novo presidente, na época em que governou o estado do Rio de Janeiro, já havia investido no ensino profissional, criando três escolas para ensino de ofícios e uma outra para o aprendizado agrícola, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Pouco mais de três meses após assumir a presidência da nação, seria a vez de, por meio do Decreto nº 7.566/1909, criar uma rede de escolas de ensino profissional espalhadas pelos estados brasileiros.

Esse Decreto era pouco esclarecedor quanto ao funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices. Não havia regulamento, nem prazos estipulados para conclusão dos cursos, e seus programas deveriam ser formulados por cada um dos diretores. O essencial parecia ser mesmo o caráter moralizante da instituição escolar, ficando para depois o aspecto de formação profissional. Isso pode ser observado na introdução do Decreto nº 7.566, que informava que um dos objetivos principais das Escolas seria retirar os jovens desfavorecidos de fortuna da "ociosidade ignorante, [e da] escola do vício e do crime" (BRASIL, 1909, p. 1). Também os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a que estavam vinculadas as Escolas, reforçavam o papel disciplinar dessas instituições. Em 1910, por exemplo, o ministro Rodolpho Miranda ressaltava que as Escolas deveriam "impedir a tendência do menor à ociosidade, despertando-lhe o amor pelo trabalho", de modo a "convertê-lo em criatura útil à sociedade, pelo aprendizado profissional" (1910, p. 136).

Para saber mais

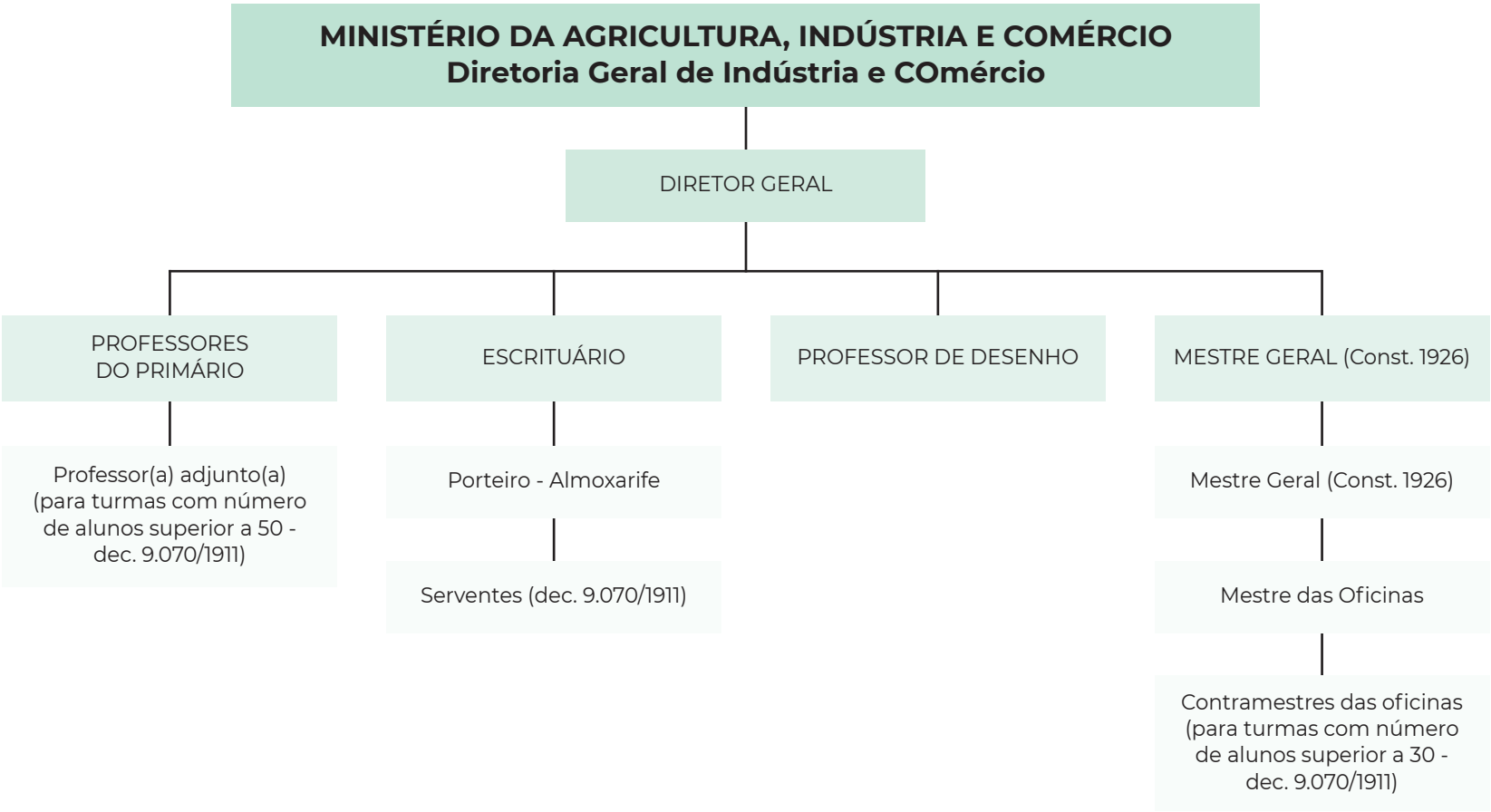
No Portal da Memória do IFRN (https://centenario.ifrn.edu.br/), você pode pesquisar quem foram os primeiros diretores da Escola de Aprendizes de Natal. Observe que, nos anos iniciais, a Escola foi dirigida por bacharéis em Direito. A ideia que se tinha era de que esses homens seriam mais habilitados a manter a escola em ordem, com os alunos seguindo à risca a disciplina escolar.

Esses jovens aprendizes chegavam à Escola com 10 ou 12 anos, em média, e lá ficavam por quatro anos aprendendo, simultaneamente, as primeiras letras e um ofício. Quanto à profissão a seguir, havia, normalmente, cinco opções. Os aprendizes de Natal, após dois anos de formação geral, podiam seguir os cursos de Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria,

Sapataria ou Serralharia. Como se vê, eram formações artesanais, pouco ligadas às atividades industriais que eram, ainda, muito reduzidas no Rio Grande do Norte.

Para definir melhor como funcionariam as Escolas, em 1911, foi criado um regulamento, o qual tentava preencher algumas lacunas deixadas pelo decreto de criação dessas instituições. Entre outros pontos, o regulamento estabelecia que o período de aprendizado nas oficinas duraria quatro anos; revia a idade mínima para ingresso, alterada de 10 para 12 anos, certamente em consideração às dificuldades enfrentadas pelos mais jovens na aprendizagem de um ofício; permitia a contratação de professores adjuntos, em caso de frequência superior a 50 alunos nos cursos primário e de desenho, e de ajudantes de mestres de oficina, em caso de frequência acima de 30 alunos. O documento chegava a falar também nas lições de coisas, aplicação do método intuitivo pelo qual o aluno partiria do mais simples para o mais complexo, de situações concretas ligadas ao seu cotidiano para as abstratas, o que facilitaria sua aprendizagem. Esse método foi divulgado pelo americano Norman Calkins por volta de 1860 e chegou ao Brasil em 1886, pelas mãos de Rui Barbosa. No início do século XX, ainda estava muito em voga por aqui e acabou sendo utilizado nas Escolas de Aprendizes (SANTOS, 2019).

Além dos pontos citados, o regulamento também definia os deveres dos servidores que compunham a escola: o diretor, escriturário, professores e mestres das oficinas, porteiro-contínuo, adjuntos de professores e ajudantes de mestres. Uma das principais atribuições do diretor era repreender e corrigir os alunos que cometessem faltas na Escola, podendo mesmo excluí-los, em nome da manutenção da disciplina no ambiente escolar. Esse poder foi exercido diversas vezes, como nos mostram os livros de matrícula, documentos produzidos pelas Escolas e que traziam dados gerais dos alunos. Também aos docentes e mestres das oficinas cabia o cuidado com a disciplina e a manutenção dos “preceitos de moral” (BRASIL, 1911, p. 3) em suas classes, como dizia o Regulamento.



Organograma das Escolas de Aprendizes Artífices identifica os servidores vinculados a essas instituições e a hierarquia que havia nelas.
Fonte: elaboração própria, a partir do conteúdo dos Decretos nº 7.566/1909 e 9.070/1911; do regulamento a que se refere o Decreto nº 13.064/1918; e da *Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*, aprovada por portaria de 13 de novembro de 1926.

Embora o regulamento de 1911 tenha resolvido questões importantes ligadas à organização das Escolas, a República Brasileira parecia ainda não saber bem o que queria dessas instituições. Além disso, nos primeiros anos de funcionamento das dezenove Escolas de Aprendizes inauguradas nas capitais, a evasão se apresentou como um grave problema a ser resolvido. Apenas na Escola de Natal, para termos uma ideia, os livros de matrícula indicam que a evasão entre 1913 e 1937 esteve quase sempre acima de 20%, tendo chegado a quase 45% em 1935 (SANTOS, 2019). Muitos desses aprendizes, humildes, desfavorecidos de fortuna, não tinham como se manter na Escola. O regulamento de 1911 até estabeleceu as chamadas Caixas de Mutualidade, para pagar diárias aos aprendizes, mas a ajuda não parecia ser suficiente.

Fotografia de encerramento do ano letivo de 1913, na Escola de Natal. Os aprendizes receberam instrução militar e produziram nas oficinas seus próprios sabres e espingardas de madeira. Além de procurar estimular o amor à pátria, essas atividades visavam estimular a permanência dos alunos na Escola. Fonte: arquivo do IFRN, pasta *fachadas* da Escola.

Por essas razões, em 1918, foi lançado outro regulamento. A idade mínima para se matricular nas Escolas diminuiu de 12 para 10 anos, como uma tentativa de ampliar o número de matrículas nessas instituições. Quanto ao corpo de servidores, nenhuma mudança significativa: mantinham-se os mesmos cargos, essencialmente com as mesmas atribuições. A diferença maior em relação a esses servidores é que eles teriam que passar agora por concurso para comprovar sua "idoneidade moral e técnica" (BRASIL, 1911, p. 4). Outra mudança importante entre os regulamentos: as Caixas de Mutualidade passavam a contar com 20% da renda da Escola, em vez dos 10% previstos pelo regulamento de 1911. As diárias, porém, não foram reestabelecidas. Isso porque o governo entendia, nas palavras da pesquisadora Rita Gurgel (2007, p. 78), que "a medida de suspensão fora necessária, tendo em vista que os alunos começaram a não sentir estímulos pelo trabalho, uma vez que tinham o pagamento como certo". Diante disso, observamos que o governo mantinha a ideia de que aqueles jovens desafortunados tendiam naturalmente à ociosidade, como estava exposto no decreto 7.566/1909.

As mudanças indicadas no regulamento de 1918 não foram suficientes para que as Escolas espalhadas pelo país dessem resultados mais claros. Um dos pontos chave era a ausência de um currículo unificado nas Escolas que atendesse ao propósito de formar mão de obra para as indústrias locais. Por essas razões, o governo criou o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional.

3. AS ESCOLAS DE APRENDIZES A PARTIR DO SERVIÇO DE REMODELAÇÃO

Algumas questões importantes deviam ser enfrentadas pelo Serviço: nas palavras do Ministro Ildefonso Lopes, em 1920, como preparar "operários modernos capazes e instruídos" (LOPES, 1921, p. 459) para servir à indústria nacional? Como manter nas Escolas os aprendizes que, passados normalmente os dois primeiros anos do ensino elementar,

acabavam por abandoná-las? O que fazer, enfim, para tornar mais atraente a Escola a esses alunos?

Quanto à manutenção dos aprendizes nas Escolas, o ministro Ildefonso Lopes reconhecia que muitos deles não terminavam seus cursos por “terem de atender às necessidades de subsistência de suas famílias” (LOPES, 1921, p. 43), para as quais era um sacrifício mantê-los na Escolas. Diante disso, Lopes sugeriu que os aprendizes que já estivessem trabalhando nas oficinas voltassem a receber diárias pelas suas atividades.

Também era necessário um modelo de ensino a ser seguido pelas Escolas. O modelo encontrado foi aquele estabelecido no Instituto Parobé, criado em 1906, sob o comando do engenheiro João Luderitz. A instituição, de fato, seguia caminho diferente das Escolas de Aprendizes, apresentando resultados mais claros em relação à formação de seus alunos. Uma das diferenças era a separação entre o ensino primário e o de ofícios e a organização desses ofícios em famílias ou grupos, de modo a permitir ao aprendiz frequentar oficinas pertencentes a um mesmo grupo e ter uma formação prática mais acentuada.

Na busca por seguir esse modelo de ensino, o Serviço liderou duas ações importantes: as reformas de Escolas, como a de Natal, para adaptarem suas estruturas, com destaque para as oficinas, a essa formação mais prática; e a encomenda de manuais didáticos para todas as Escolas, com o intuito de uniformizar a proposta de ensino. Uma dessas obras encomendadas, ao que tudo indica, foi Nossa pátria, livro de história do Brasil feito por Rocha Pombo.

A obra de Pombo trazia um Brasil sem conflitos e liderado pelo português colonizador. Tinha, portanto, uma visão claramente eurocêntrica como tantas obras de seu tempo. Destaque-se, ainda, que esse e outros manuais da época tinham algumas finalidades claras, entre elas, despertar nos alunos o amor à pátria, o que pode ser evidenciado pela capa do livro ***Nossa Pátria***, e discipliná-los para o convívio ordeiro em sociedade.

Capa da primeira edição da obra Nossa Pátria, de Rocha Pombo (1917). Disponível em:: http://www.crmariocovas.sp.gov.br (Secretaria de Educação do estado de São Paulo). Acesso em: 07 fev. 2016.

A obra do Serviço de Remodelação foi completada, ou ao menos chegou a seu auge, com a publicação da Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes. Esse documento estabelecia, entre outros pontos, um estágio pré-vocacional aos alunos nos dois primeiros anos de curso, para que eles pudessem ter uma experiência prática inicial, bem como definir com mais clareza a oficina em que seguiriam. Essas oficinas, por sua vez, estavam integradas em seções de trabalhos (de madeira, metal, artes decorativas, artes gráficas, artes têxteis, trabalhos de couro, fabrico de calçados, vestuário e atividades comerciais). Ano a ano, em um currículo, agora, uniformizado, o que se via era uma tendência à especialização, como se poderá observar no quadro apresentado como apêndice ao final desta obra.

4. AS ESCOLAS DE APRENDIZES NA ERA VARGAS

Quatro anos após a publicação da ***Consolidação***, Getúlio Vargas assumiu o governo através do Movimento de 1930. A partir daí, o Brasil experimentou mudanças em várias áreas, inclusive no ensino profissional.

A forte tendência ruralista que marcava a economia brasileira começou a dar lugar a uma política voltada para a industrialização nacional, com a substancial presença do Estado na economia. Nos campos político e social, a classe operária passou a experimentar um protagonismo nunca antes visto na história brasileira. Vargas articulou uma política voltada para a implantação dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, estabeleceu um rígido controle sobre os sindicatos.

No campo da Educação, se, por um lado, extinguiu o Serviço de Remodelação, por outro, criou o Ministério da Educação e Saúde pública. No novo ordenamento estabelecido por Vargas para o Executivo Federal, as Escolas de Aprendizes estavam agora vinculadas a

esse novo ministério e não mais ao da Agricultura, Indústria e Comércio. Com a mudança, ao menos em tese, "abria-se um horizonte mais largo às escolas profissionais [...] e surgiam esperanças, que o tempo tornaria em realidade, de obtenção de maiores recursos financeiros", segundo palavras do engenheiro Celso Suckow da Fonseca (1986, p. 225), autor da obra ***História do Ensino Industrial no Brasil***, o que viria a tornar possível melhorias materiais, especialmente nas oficinas. De fato, pelo que se vê na obra de Fonseca, em 1929 o orçamento para as Escolas era de pouco menos de 5 mil contos de réis e chegou a quase 17 mil contos em 1939.

Outra mudança se deu, sem dúvida, no campo discursivo. A propaganda no governo Vargas foi bastante intensa – ele até criou o Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939 – e pode ser vista no campo da Educação, com ênfase no nacionalismo e no trabalhismo, como pode ser observado na imagem a seguir.

Fotografia apresenta exposição de artefatos produzidos pelos alunos do Liceu Industrial de Natal, 1942.
Fonte: arquivo do IFRN, *Campus* Natal-Central.

Na imagem representativa da exposição de 1942, já no Liceu Industrial de Natal (a mudança de nome ocorre em 1937), a ideologia varguista pode ser percebida com clareza em diferentes elementos. O retrato do presidente, colocado no alto do pedestal e visualizado no centro da fotografia, reforça sua imagem, maciçamente trabalhada pela propaganda do regime, como grande líder da nação. Nas laterais do mesmo pedestal, as frases “Só pelo estudo é que se chega à perfeição” e “As escolas industriais são o celeiro inesgotável da perfeição da raça brasileira” exaltam o nacionalismo e papel da educação na transformação do povo brasileiro. No canto superior esquerdo da imagem, vemos ainda um quadro com a sentença “com a força e a vontade o homem remove montanhas”, acompanhada por uma imagem que apresenta um operário a mover uma engrenagem, de modo a exaltar o valor do trabalho na construção de um novo Brasil. Com a chegada de Vargas ao poder, segundo o historiador Francisco Sousa (2015, p. 23), “acentuou-se a relevância de práticas formativas de natureza cívica e desportiva na educação de jovens promovida pela Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte”.

Chamadas de Liceus a partir de 1937, as antigas Escolas de Aprendizes passarão por mudanças ainda mais significativas em 1942, ano da fotografia apresentada acima. É por essa época que entrará em vigor a Lei Orgânica do Ensino Industrial, tema a ser visto na próxima aula.

Atividades integradas

Trabalho com vídeo

Observamos que um dos grandes objetivos das Escolas de Aprendizes, depois tornadas Liceus Industriais, era disciplinar jovens desfavorecidos de fortuna que tendiam, na visão das elites da época, ao mundo dos vícios e à ociosidade. Por essa razão, a disciplina escolar era muito rígida nas instituições citadas. Será que esse modelo de ensino favorecia a autonomia dos aprendizes? Com base em seus estudos, bem como na análise do clipe e da letra da música *Another brick in the Wall*, composta por Roger Waters em 1979, redija um pequeno texto em resposta à questão acima.

Link para o clipe da música: https://www.youtube.com/watch?v=hx_01jpTfD4

Lembre-se!

Embora pensadas com o intuito de formar mão de obra para a indústria nacional, a maior parte das Escolas de Aprendizes acabou por enfatizar a formação artesanal. Foi o que se viu, por exemplo, na Escola de Natal, onde foram oferecidas aos aprendizes as oficinas de Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria e Serralharia. Diante disso, é possível considerar que a preocupação com a disciplina dos alunos era maior do que aquela com a indústria nacional, inclusive porque, em estados como o Rio Grande do Norte, o cenário industrial era, ainda, muito precário no início do século XX.

Síntese da aula

Se o nascimento do Regime Republicano veio, de algum modo, acompanhado pela esperança de que as classes populares teriam maior espaço naquela nova sociedade, a prática mostrou que os dirigente da República continuavam a ver esses grupos como perigosos, tendentes, segundo seu discurso, ao mundo dos vícios, dos crimes e da ociosidade, como pudemos observar nesta aula.

As Escolas de Aprendizes, criadas em 1909, após anos de discussões sobre o Ensino Profissional no Brasil, vieram justamente para educar esses jovens humildes, ligados às classes populares e denominados, no decreto de criação das Escolas, de desfavorecidos de fortuna. Essas instituições deveriam formar mão de obra para atender à indústria brasileira, mas, principalmente, pelo que observamos, disciplinar esses jovens desafortunados.

Na prática, porém, foram verificados índices de evasão bastante elevados, ao passo que os de conclusão eram baixíssimos. Esses fatores levaram as Escolas a passarem por uma série de mudanças, como se vê pelos regulamentos de 1911 e 1918. Mas as mudanças mais significativas nessa época ocorreram a partir da criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, em 1920, responsável por elaborar, em 1926, a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes, pela qual se estabeleceu um novo currículo para essas instituições.

A partir de 1930, com Vargas no poder, mais um ciclo de mudanças se inicia. As Escolas passam a ser vistas como espaços importantes para a propaganda Varguista e ganham orçamento maior. Em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, ainda na Era Vargas, as instituições que estudamos nesta aula viverão nova fase.

Leituras complementares

AFONSO, J. A. M. M; SANTOS, R. M. B. Estratégias de controle das classes perigosas: o ensino profissional do Império à República. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18. n. 35, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40501. Acesso em: 01 abr. 2020.

MEDEIROS NETA, O.; NASCIMENTO, J.M.; RODRIGUES, A. G. F.. Uma Escola para Aprendizes Artífices e o Ensino profissional primário gratuito. **Revista Holos**, v. 2, 2012. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/919. Acesso em: 01 abr. 2020.

Avaliação da aprendizagem

Questões para reflexão:

1. O que se ensinava aos alunos nas Escolas de Aprendizes? E como se ensinava (metodologias adotadas)?

2. Por que os índices de evasão dessas Escolas eram tão altos? O que esses índices revelam sobre o público dessas instituições?

3. Em sua primeira fase, de 1909 a 1937, as Escolas de Aprendizes passaram por várias mudanças. Comente ao menos duas dessas mudanças e explique quais eram os objetivos delas.

Orientação: ao responder às questões, produza um texto coeso e coerente. Use seus próprios argumentos e palavras, evitando meras citações de partes do material.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909,** 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 01 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1911** (Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices), 1911. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 31 mar. 2020.

BRASIL. **Regulamento a que se refere o decreto nº 13.064,** 1918. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-republicacao-95621-pe.html. Acesso em: 01 abr. 2020.

CALKINS, N. A. **Primeiras lições de coisas:** manual de ensino elementar para uso dos paes e professores (1ª ed. 1886). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1950.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil,** v. 1. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

GURGEL, R. **A trajetória da Escola de Aprendizes Artífices em Natal:** República, trabalho e educação (1909-1942). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Natal: EDIFRN, 2012. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1. Acesso em: 31 mar. 2020.

LOPES, I. L. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1920,** 1921. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2017/. Acesso em: 25 maio 2016.

MIRANDA, R. N. da R. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1910,** 1910. Disponível em: http://brazil.crl.edu/bsd/ bsd/u2000/. Acesso em: 31 out. 2015.

SANTOS, R. M. B. **Entre a ordem e o progresso:** a Escola de aprendizes artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937). João Pessoa: EDIFPB, 2019. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1779. Acesso em: 01 abr. 2020.

SOUSA, F. C. O. de. **Em nome da ordem e do progresso**: a formação profissional no percurso da escola de aprendizes artífices à escola técnica federal do Rio Grande do Norte (1909-1971). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

Apêndice

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS, SEGUNDO A CONSOLIDAÇÃO DE 1926

Disciplinas por ano de formação

1º ANO
Leitura e escrita, Caligrafia, Contas, Lição de Coisas, Desenho e trabalhos manuais, Ginástica e canto.

2º ANO
Leitura e escrita, Caligrafia, Contas, Lição de Coisas, Desenho e trabalhos manuais, Ginástica e canto, Elementos de Geometria, Instrução moral e cívica, Geografia e História pátria.

3º ANO
Português, Caligrafia, Aritmética, Lição de coisas, Desenho ornamental e de escala, Aprendizagem nas oficinas, Geometria, Instrução moral e cívica, Geografia e História pátria.

4º ANO
Português, Desenho industrial e tecnologia, Aritmética, Rudimentos de Física, Desenho ornamental e de escala, Aprendizagem nas oficinas, Geometria, Instrução moral e cívica.

1º ANO COMPL.
Escrituração de oficinas e correspondência, Desenho industrial e tecnologia, Física experimental e noções de química, Aprendizagem nas oficinas, Geometria aplicada e noções de álgebra e de trigonometria, Noções de História natural.

2º ANO COMPL.
Correspondência e escrituração de oficinas, Desenho industrial e tecnologia, Noções de física e química aplicada, Noções de mecânica, Aprendizagem nas oficinas, Álgebra e trigonometria elementar, História natural elementar.

Aula 4

A Educação Profissional nos anos 1940: Leis Orgânicas do Ensino e Criação do Sistema de Aprendizagem Profissional

Objetivo de aprendizagem

- Compreender a **história** e o estabelecimento de **políticas da educação profissional** durante os anos 1940, com destaque para as *Leis Orgânicas do Ensino* e para a criação do *Sistema de Aprendizagem Profissional*.

Conteúdos e seus desdobramentos

1941	1942	1943	1946
Instalação da Companhia Siderúrgica Nacional	Inauguração da Fábrica Nacional de Motores. Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI pelo Decreto-Lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Promulgação da Lei Orgânica do Ensino, que estruturou o Ensino Industrial pelo Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Modelo de Escolas Industriais e Técnicas anunciado por meio do Decreto nº. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942. Mudanças no Ensino Secundário pelo Decreto-Lei nº. 4.244 de 9 de abril de 1942, que o reorganizou em ciclos: ginasial (quatro anos) e colegial (três anos).	Organização do Ensino Comercial pelo Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943	Assinado acordo, em 3 de janeiro de 1946, entre Brasil e Estados Unidos, criando a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, por meio do Decreto-Lei nº. 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946. Organização do Ensino Agrícola por meio do Decreto-Lei nº. 9.613 de 20 de agosto de 1946).

Olá estudantes, tudo bem?

Já tivemos muitas novidades até agora em relação aos estudos históricos que desenvolvemos sobre a **educação profissional** no Brasil. Você notou que, ao longo da história, as denominações foram mudando, quando os escritores dessa história queriam se referir à formação para o trabalho manual? Vimos o registro dos termos “artes e ofícios”, “aprendizes e artífices” e “ensino industrial”.

Os anos de 1940 foram significativos para a consolidação das políticas e das ações para a organização de indústrias em território nacional. O governo Vargas, atendendo às demandas do mercado internacional, motivou a organização e o desenvolvimento da indústria, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, em substituição ao modelo agro-exportador predominante durante o século XIX. As fábricas têxteis foram mais concentradas nas capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. O que, então, podemos observar na imagem apresentada na Figura 1?

Figura 1 - Trabalhadores da Fábrica Santana da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, 1931. São Paulo (SP). Fonte: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas (https://cpdoc.fgv.br)

A organização das fábricas em todo o mundo, inclusive no Brasil, consubstanciava as teorias do engenheiro mecânico Frederick Taylor (1856 – 1915) sobre os fundamentos científicos da administração fabril e do empresário automobilístico Henry Ford (1863 – 1947), que foi pioneiro em criar a linha de montagem para produção em série numa jornada de trabalho controlada pela lógica da esteira de produção.

Você sabia que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a se renderem ao mercado liberal, com a organização de fábricas sustentadas por um pesado maquinário e a exploração da força de trabalho de operários pagos com baixos salários? Essa protelação ocorreu no período de 1875 a 1808, pelo Alvará Régio assinado por D. Maria I, que priorizava a exploração e exportação de produtos agrícolas.

A consolidação das fábricas em território brasileiro foi intensificada somente a partir da primeira metade do século XX, quando foi organizada uma política específica para formalizar a indústria nacional. Durante os anos 1940, em consequência dessa nova organização econômica, houve a necessidade de criação de instituições formadoras de trabalhadores para atuar nos novos espaços de trabalho chamados fábricas. O ensino industrial passou a ser a denominação cada vez mais frequente nos documentos, ao lado de outras áreas de atuação como o ensino agrícola, o ensino comercial e o ensino normal. Essas áreas de formação e atuação profissional serão normalizadas pelas *Leis Orgânicas do Ensino*.

1. LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRO

O que foram as *Leis Orgânicas do Ensino*?

Ao lado da *Consolidação das Leis do Trabalho*, da instituição do salário mínimo e da criação da Carteira de Trabalho, as *Leis Orgânicas do Ensino* integram um conjunto de ações estruturantes do governo Vargas que visava atender às demandas do processo de industrialização durante a primeira metade do século XX.

Foram **políticas públicas** oficializadas pelo estado brasileiro como resposta, também, às reivindicações dos trabalhadores. Esses mobilizaram-se por: melhores condições de trabalho, oficialização dos planos de cargos e carreiras, redução das jornadas de trabalho, etc. Esse foi um conjunto de conquistas alcançadas à época em que as relações de trabalho não tinham limites para a exploração e a produção de lucros para os donos de fábricas e comerciantes. Desse modo, Maria Ciavatta e Zuleide Silveira (2010, p. 106) conta em seus escritos históricos que

> Durante muito tempo, o ministro Gustavo Capanema estudara, juntamente com uma comissão de experimentados educadores, a melhor organização a dar ao nosso ensino industrial, de maneira a facilitar o extraordinário incremento que a indústria tomara. A Comissão, da qual faziam parte Horácio da Silveira, Lourenço Filho, Leon Renault, Francisco Montojos e Rodolfo Fuchs, convocava constantemente Roberto Monge, assim como representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica eram chamados para também emitirem o pensamento relativo às necessidades militares no campo do ensino industrial.

As ***Leis Orgânicas do Ensino*** foram organizadas por Gustavo Capanema Filho (1900 – 1985). Esse mineirinho foi o quarto ministro da pasta Educação e Saúde Pública, que atuou durante os anos de 1934 a 1945, sendo pioneiro na sistematização da legislação educacional para o país, como prerrogativa da União, abrangendo todos os estados da federação.

Figura 2 - Ministro Gustavo Capanema em seu gabinete, Belo Horizonte, 1932.
Fonte: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas (https://cpdoc.fgv.br)

As historiadoras Vanessa Caires e Maria Auxiliadora Oliveira (2016, p. 65) dizem que Capanema integrou a fase histórica do Estado Novo (1937 a 1945) assumindo

> [...] uma postura educacional conciliadora e mediadora, frente aos grupos ligados à pedagogia tradicional e à pedagogia renovadora, que [...] buscou garantir uma educação intelectual e humanística para a classe social e economicamente dominante, destinando o ensino profissional às camadas menos favorecidas, reforçando, assim, uma organização escolar dualista, consonante com a divisão técnica do trabalho.

Essa regulamentação da educação brasileira, pelos níveis de ensino, iniciou a partir de 1942, com o nome de ***Leis Orgânicas do Ensino***. Tal legislação:

- estruturou o Ensino Industrial por meio do Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942a); reformou o Ensino Comercial pelo Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943);

- criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, por meio do Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942b); e

- introduziu mudanças no Ensino Secundário pelo Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942c) organizando-o nos ciclos ginasial (quatro anos) e colegial (três anos).

Essas iniciativas foram necessárias, pois a Segunda Guerra Mundial beneficiou o desenvolvimento da indústria brasileira com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Fábrica Nacional de Motores (1942), ambas financiadas pelo governo norte-americano. Nesse sentido, a Reforma Capanema ***(Leis Orgânicas do Ensino Brasileiro)*** teve como foco inicial o ramo industrial, mudando os Liceus Industriais em

Escolas Industriais e Técnicas, possibilitando a essas a oferta de cursos técnicos em níveis básicos e secundários.

A possibilidade da oferta de cursos técnicos secundários pela rede federal de ensino profissional provocaria uma reorganização administrativa e pedagógica para atender à configuração do modelo de Escolas Industriais e Técnicas que era anunciado pela legislação educacional getulista por meio do Decreto nº. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942d). A partir desse ano, os estudantes concluintes dos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

No final do Estado Novo, em 1946, ocorreu a promulgação de mais **leis orgânicas**. Essas, por sua vez:

• indicaram diretrizes para o Ensino Primário, pelo Decreto-Lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946a);

• organizaram o Ensino Primário Supletivo para jovens e adultos;

• criaram:
- o Ensino Normal, pelo Decreto-Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946b)
- o Ensino Agrícola por meio do Decreto-Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946 (BRASIL, 1946c), e
- o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, por meio dos Decretos-Lei nº 8.621 e nº. 8.622, de 10 de janeiro de 1946 (1946d; 1946e).

A década de 1940 foi também marcante no estabelecimento de intercâmbios de formação entre professores do ensino industrial do Brasil e dos Estados Unidos, a partir de um acordo firmado em 3 de janeiro de 1946. O documento foi assinado pelo Ministério da

Educação e Saúde e pelo *The Institute of Inter-American Affairs*, principais articuladores da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, que ficou conhecida pela sigla CBAI. Para execução do programa de cooperação, "[...] a CBAI poderia contar com US$ 750 mil, dos quais US$ 500 mil constituiriam a contribuição do nosso país e US$ 250 mil seriam a parte norte-americana." (CIAVATTA; SILVEIRA, 2010, p. 110) Os recursos deveriam ser gastos durante a vigência do contrato, no período de 1º de janeiro de 1946 a 30 de junho de 1948, com o objetivo de custear grupos de professores das escolas industriais e técnicas para o aperfeiçoamento das técnicas de ensino em realidades fora do país.

2. CRIAÇÃO DO SISTEMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Popularmente conhecido como "Sistema S", tornou-se um complexo de instituições articuladas com as confederações específicas presentes nos vinte e seis estados e o Distrito Federal. Isso porque o presidente Getúlio Vargas acreditava que seria também de iniciativa dos donos de indústrias e comerciários assumirem a formação profissional de seus trabalhadores.

As duas primeiras instituições foram criadas durante os anos 1940, a saber, o Serviço de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço de Aprendizagem do Comércio (1946). Caracterizadas por uma natureza híbrida, segundo a escritora Julieta Vareschine (2017, p. 16), nasceram para oferecer os denominados Serviços Sociais Autônomos. Esses, por sua vez

> [...] instituídos por Lei, possuem personalidade de direito privado e não têm fins lucrativos. Atuam ao lado do Estado, mediante o desempenho de atividades não lucrativas, não integrando a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), tampouco a Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas).

> Infere-se, portanto, que referidas entidades não se confundem com o Estado, tampouco integram a estrutura deste, atuando em cooperação com o Poder Público para o desempenho de atividades de relevante interesse público.

O Sistema S integra um conjunto de organizações e entidades voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Esta é considerada uma experiência única no mundo, por envolver as esferas pública e privada vocacionadas ao desenvolvimento de ações de preparo mediato de jovens e adultos para o mercado de trabalho.

As entidades que fazem parte desse sistema têm origens comuns e características organizacionais similares, são elas:

- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI), vinculados à Confederação Nacional da indústria;

- Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC), vinculados à Confederação Nacional do Comércio;

- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;

- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), vinculado ao Sistema Cooperativista Nacional;

- Serviço Social de Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), vinculados à Confederação Nacional dos Transportes; e

- Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Embora tais entidades tenham personalidade de direito privado, declaradas como sem fins lucrativos, os recursos das contribuições transferidos a elas são públicos e, hoje, são movimentados exclusivamente pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. As contribuições às instituições do Sistema S ocorrem com base em alíquotas variáveis, conforme o tipo de contribuinte, definido pelo seu enquadramento no código do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) (SISTEMA S, s.d.). Essas contribuições parafiscais, muito embora tenham natureza tributária, são recursos privados por não ingressarem de forma definitiva nos cofres públicos e não acarretarem acréscimo permanente ao patrimônio público.

Por mais de sete décadas, as instituições que integram o Sistema S realizam **educação profissional** no formato concomitante e subsequente, além de cursos que promovem a formação inicial e continuada de trabalhadores para ocuparem postos de atuação em áreas especializadas no comércio, indústria, agricultura, cooperativismo, logística e empreendedorismo.

Então, consideramos que este período histórico foi muito importante para a sistematização da **educação profissional** no Brasil, por oportunizar a promulgação de leis e a criação de instituições promotoras de formação para o trabalho, especializadas no ensino industrial e comercial. A consolidação dessas ações provocaria resultados positivos na economia, boas expectativas para as décadas seguintes, que seriam marcadas pelo processo de democratização e aparente pacificação do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial.

Todavia, isso é assunto para o nosso próximo encontro... até lá!

Atividades integradas

Assista ao documentário Educação no Período Getulista – 1930 a 1945, disponível em: https://youtu.be/R67Iq6QpJtU

Depois, faça uma sinopse, destacando as principais realizações do governo Vargas.

Síntese da aula

Durante a década de 1940, a história da **educação profissiona**l brasileira foi marcada pela promulgação das *Leis Orgânicas do Ensino*, também conhecidas como Reforma Capanema. Como consequência, os Liceus Industriais passaram a ser chamados de Escolas Industriais e Técnicas, com a possibilidade da oferta de cursos técnicos em nível secundário. Também, foi firmado um importante acordo entre Brasil e Estados Unidos, que possibilitou intercâmbios de formação docente por meio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Paralelamente, ocorreu a criação de instituições de aprendizagem profissional apoiadas pelas confederações da indústria e do comércio. O Sistema S foi integrado por instituições híbridas, por serem simultaneamente de natureza privada e mantidas com recursos públicos. A primeira metade do século XX foi marcada por significativas conquistas para a consolidação de políticas para o **ensino profissional** e para os trabalhadores que estavam mobilizados, exigindo melhores condições de trabalho no cotidiano das indústrias e do comércio.

Leituras complementares

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2002.

NASCIMENTO, Paulo. **Série Educadores**, Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Episódio 6: Gustavo Capanema. Disponível em: <https://youtu.be/iGknHdF40oc (Parte 1); Disponível em: https://youtu.be/YM6_5LqTlpI (Parte 2); Disponível em: https://youtu.be/Qp2jr1ofTJw (Parte 3). Acesso em: 08 ago. 2020.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

RIBEIRO, Maria Luísa. História da Educação Brasileira: a Organização Escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

Avaliação da aprendizagem

- Pesquise na internet o que é e para serve um mapa conceitual. Depois, produza o seu mapa conceitual sobre o tema Educação Profissional nos anos 1940 e realize a postagem do arquivo.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasília: Câmara dos Deputados, 1946a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília: Câmara dos Deputados, 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 9.613, de 20 de agosto de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Brasília: Câmara dos Deputados, 1946c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. D**ecreto-Lei no. 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sôbre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1946d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei no. 8.622, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sôbre a aprendizagem dos comerciários, estabelece direitos e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1946e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8622.htm> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Brasília: Câmara dos Deputados, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Brasília: Câmara dos Deputados, 1942a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei no. 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Brasília: Planalto; Casa Civil, 1942b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4048.htm> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1942c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. D**ecreto-Lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília: Câmara dos Deputados, 1942d. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-norma-pe.html> Acesso em: 08 ago. 2020.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira:** da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Celso Sucow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010, 164 p. (Coleção Educadores)

SISTEMA S. **Senado Federal**, (s.d.). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s> Acesso em: 08 ago. 2020.

VARESCHINE, Julieta Mendes Lopes. **Licitações e contratos no Sistema "S"**. 7. ed. Curitiba: Editora JML, 2017, 623 p.

Aula 5

A Educação Profissional nos anos 1950: o Plano de Metas e as Escolas Técnicas Federais

Objetivo de aprendizagem

- Compreender o desenvolvimento da história e das políticas da **educação profissional**, com destaque para os acontecimentos vivenciados durante a década de 1950, quando ocorreu o desenvolvimento das Escolas Técnicas Federais, no contexto da abertura do mercado nacional às multinacionais.

Conteúdos e seus desdobramentos

1951	1953	1954	1956	1958	1959	1960	1961	1963
Posse do Presidente Getúlio Dornelles Vargas pelo voto direto	Promulgação da Lei nº 1.821, conhecida como a Lei da Equivalência entre os cursos de grau médio	Posse do Presidente José Café Filho	Posse do Presidente Juscelino Kubitschek em 1º janeiro. Lançamento do Plano de Metas pelo Decreto nº. 38.744 de 1º de fevereiro. Lei nº 2.874 de 19 de setembro que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).	Em 15 de maio, ocorreu a criação da Rodobrás sob a coordenação de Bernardo Saião, para a construção da rodovia Belém-Brasília	Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 15 de dezembro. Instalação da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP para fabricação de Fuscas e Kombis.	Em fevereiro, JK anuncia a construção da rodovia que ligaria Brasília ao Acre. Inauguração de Brasília, capital do Brasil, no dia 21 de abril.	Publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 4.024/1961	Criação do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO)

Olá, querido(a) estudante, você está bem?

Nesta oportunidade, vamos compartilhar com você conhecimentos históricos sobre o período dos anos 1950. Daremos destaque à pessoa de Juscelino Kubitschek de Oliveira, estudando o que ele representou para política brasileira e para o processo de internacionalização da economia nacional.

Conhecido também como JK, nasceu em Diamantina, em Minas Gerais, no dia 12 de setembro de 1902. Foi telegrafista e médico (atuante até 1945) e ingressou na política em 1934, filiando-se ao Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, sendo eleito para cumprir mandato de deputado federal. Em 1940, foi prefeito de Belo Horizonte e, em 1945, retorna à

Câmara Federal pelo Partido Social Democrático (PSD). Atuou como governador de Minas Gerais durante o período de 1951 a 1956 e assumiu a Presidência da República durante os anos de 1956 a 1961. E, ainda, esteve nos trabalhos do Senado entre os anos de 1961 a 1964.

Figura 1 - Presidente Juscelino Kubitschek inaugura a Refinaria de Petróleo de Manaus, em 3 de janeiro de 1957. Fonte: Arquivo Nacional do Brasil (www.arquivonacional.gov.br)

Ao lado de João Goulart, Juscelino chegou à Presidência do Brasil em 1º de janeiro de 1956, em meio ao contexto de turbulências políticas frente à ameaça de um golpe militar que impediria sua posse. Na condição de Presidente da República, solicitou de imediato ao Congresso Nacional a suspensão do estado de sítio e da censura de imprensa. Ao contrário do anunciado, o governo implementou um modelo democrático de gestão e um perfil populista para uma política desenvolvimentista materializada pelo famoso Plano de Metas.

1. O PLANO DE METAS, O INCREMENTO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E A EDIFICAÇÃO DE BRASÍLIA

O Plano de Metas foi implementado pelo Decreto nº. 38.744 de 1º de fevereiro de 1956. Constituiu-se em um programa de industrialização e modernização da economia brasileira por meio do processo de substituição das importações, abertura ao capital estrangeiro e investimento em obras de infraestrutura nas áreas de energia (usinas hidrelétricas), estradas, siderúrgicas, transporte, alimentação, indústria de base e educação profissional para a formação em nível técnico (BRASIL, 1956).

Durante os cinco anos de governo, JK promoveu investimentos maciços nas áreas de infraestrutura, destinando 73% dos recursos de capital internacional (FMI) à produção de energia e aos transportes, provocando a desnacionalização da indústria e a transferência dos centros de decisão para fora do país e o endividamento dos cofres públicos. Isso levou ao crescimento da dívida externa.

Havia uma ingerência do capital estrangeiro nos empreendimentos nacionais, com destaque para os investimentos norte-americanos, de tal forma que, das 1.353 firmas registradas como brasileiras no ano de 1958, o expressivo número de 552 eram norte-americanas. Como resultado do incremento da economia, especialmente nos grandes centros urbanos das regiões Sul e Sudeste, ocorreu um vertiginoso crescimento dos empregos durante o decênio 1950–1960, com destaque para os incrementos salariais e para a exigência de melhor qualificação técnica dos candidatos. Esse aparente progresso motivará um grande ciclo migratório do Norte e Nordeste para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fenômeno denominado de **êxodo rural**.

Figura 2 - Cena migração de nordestinos para São Paulo, no filme Viramundo, dirigido por Geraldo Sarno, 1965.
Fonte: https://artedocumento.files.wordpress.com/2013/03/captura-de-tela-2013-03-10-acc80s-23-31-50.png

O governo de JK (1956 – 1961) traz a marca do aprofundamento da relação entre Estado e economia, com um projeto arrojado que anunciava o lema “50 anos em 5” e o desafio de mudança da capital do país para o Planalto Central, numa cidade projetada denominada de Brasília. A criação do Distrito Federal implicou na construção de uma cidade com desenho arquitetônico moderno de autoria de Oscar Niemeyer, sendo Lúcio Costa o responsável pelo Plano Piloto.

Figura 3 - Construção do Palácio da Alvorada, Brasília. Fonte: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/05/02.05.2019-Pioneiro-primeiro-presidente-da-Novacap-e-primeiro-prefeito-de-Bras%C3%ADlia-Israel-Pinheiro-inspeciona-as-obras-do-Pal%C3%A1cio-da-Alvorada.-Foto-Arquivo-P%C3%BAblico--1024x683.jpg

O projeto de edificação de Brasília foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado por JK pela Lei nº 2.874 de 19 de setembro de 1956, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), sob a presidência de Israel Pinheiro, responsável pelo empreendimento audacioso no Planalto Central brasileiro. Calcula-se que a capital do Brasil custou mais de 45 bilhões para os brasileiros e, ainda, o aumento da inflação e do custo de vida, devido ao aumento da dívida contraída pela venda de títulos públicos e à emissão de dinheiro.

A construção ocorreu durante os anos de 1956 a 1960 e motivou o trânsito de 60 mil trabalhadores de todas as categorias. Eram os “candangos” provenientes de várias partes do país, que buscavam emprego e melhores condições de vida. Os operários envolvidos

na construção eram abrigados em enormes galpões, sendo submetidos a exaustivas jornadas de trabalho por causa dos prazos e, além disso, trabalhavam sem equipamentos de segurança. Essas condições provocaram vários acidentes de trabalho e muitas mortes.

Figura 4 - Trabalhadores na construção de Brasília. Fonte: foto de Mario Fontenelle/Arquivo Público do DF https://cdn.brasildefato.com.br/media/ef920f09990cb9141457c17af0643d91.jpg

Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, foi apenas uma das metas a serem alcançadas. O Brasil dos anos 1950 situava-se no contexto da Guerra Fria (relação estabelecida no mundo pós-Segunda Guerra Mundial) sob a influência do imperialismo norte-americano, pela imposição de seus modelos de desenvolvimento econômico e de democracia liberal. O governo JK sentia-se pressionado para fechar acordos internacionais que viabilizassem o estabelecimento de empresas estrangeiras nas principais capitais do país. Também havia pressão para o incentivo às políticas de construção de rodovias para transporte de mercadorias, aumentando o consumo de veículos de carga e combustíveis.

2. GOVERNO KUBITSCHEK, INCENTIVOS ÀS FÁBRICAS AUTOMOBILÍSTICAS E A INTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE BRASILEIRO

JK inaugurou um processo de internacionalização da economia pela integração das multinacionais estrangeiras ao setor industrial brasileiro. A indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional, como símbolo de modernidade, apesar de ser a alternativa mais onerosa para os cofres públicos.

Figura 5 - JK inaugura instalações da Fábrica Mercedes Benz em São Bernardo do Campos, São Paulo. Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas#

O Plano de Metas sugeria a implementação de indústrias automobilísticas em território nacional, oportunizando a instalação de montadoras advindas dos Estados Unidos e países europeus, a exemplo das companhias Ford, Volkswagen, General Motors e, depois, a Chevrolet e a Fiat. A iniciativa provocou uma renovação da frota de veículos, com novos modelos e tecnologias que começaram a trafegar nas principais avenidas das capitais brasileiras, mas, por outro lado, contribuiu para o aumento da poluição urbana.

A lei nº. 3.692, que instituiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi sancionada por JK em 15 de dezembro de 1959, instituída para viabilizar um sistema de incentivos fiscais, tendo em vista canalizar capitais para região do nordeste brasileiro. Sob o comando de Celso Furtado, o órgão foi dotado de recursos próprios e diretamente subordinado à Presidência da República. Ele tinha por objetivo promover o desenvolvimento do Nordeste, viabilizando a industrialização da área para a absorção do contingente de mão de obra de desempregos.

Em tempos de seca nos estados nordestinos, em décadas subsequentes, a Sudene atuará como instituição catalisadora de recursos para o desenvolvimento sustentável de projetos na área da irrigação, habitação, saúde e educação. O órgão era responsável pelo combate ao fenômeno do êxodo rural e à indústria da seca, denunciando o oportunismo político de "coronéis" frente à condição de desemprego e fome do sertanejo.

3. INVESTIMENTOS NO SISTEMA RODOVIÁRIO: ABRINDO ESTRADAS PARA O PROGRESSO PASSAR

Foi estabelecido pelo Governo JK, atendendo ao Plano de Metas, o investimento na construção de rodovias que levassem os brasileiros a descobrirem o interior do país. Ocorreu, então, um incentivo à política de transportes rodoviários ou rodoviarismo, que substituiu o sistema ferroviário, que entrou em paulatina desativação a partir desse período.

Para a construção da Rodovia Belém-Brasília, Juscelino procedeu, em 15 de maio de 1958, à criação da Rodobrás, sob a coordenação de Bernardo Saião. As ações apresentavam uma lógica coerente com os investimentos internacionais nas montadoras de automóveis do ABC paulista. Nesse sentido, foram construídas uma rodovia que ligava Brasília a Rio Branco e outra ligando Cuiabá a Porto Alegre, com o objetivo de ampliar as relações

comerciais e o povoamento de áreas mais afastadas dos grandes centros. Foi designada uma comissão do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) para tais empreendimentos.

A ampliação dos campos de obra, trouxe a necessidade de profissionais especializados em nível técnico nas áreas de estradas e geologia. Onde será feito e quem será responsável por esse tipo de formação?

4. AS ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS E AS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A partir do período descrito anteriormente, o ensino industrial não se destinava mais, exclusivamente, aos desafortunados, órfãos e miseráveis. Ao invés disso, passou a atender os mais aptos, através da realização de processos seletivos para ingresso nas escolas técnicas. Havia uma exigência maior de qualificação desses trabalhadores, que deveriam possuir uma formação técnica em áreas específicas, como estradas, edificações e mecânica.

Durante os anos 1950, pela primeira vez, o governo federal contempla o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos anualmente. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. A proposta da elevação das Escolas Industriais para Escolas Técnicas Federais visava atender a expectativa de formação especializada de profissionais técnicos para atuar nas obras estruturais desenvolvidas por empresas nacionais e estrangeiras nas cinco regiões do país.

Em 12 de março de 1953, ocorreu a promulgação da Lei nº 1.821, conhecida como a Lei da Equivalência entre os cursos de grau médio. Segundo as autoras Maria Ciavatta e Zuleide Silveira (2010, p.113) a mudança significou que

> [...] poderiam matricular-se na primeira série do curso clássico, ou do científico, os estudantes que houvessem terminado ou o ginasial, ou um curso básico de um dos ensinos industriais, comercial ou agrícola, ou, então, um curso normal regional [...].

As Leis de Equivalência, publicadas em 1950 e 1953, possibilitaram a flexibilização do currículo, oportunizando o trânsito entre ciclos dos **cursos secundários** e o acesso aos **cursos superiores**, direito dado, inclusive aos alunos dos **cursos técnicos**, mediante a realização de exames de complementação. Segundo Vanessa Caires e Maria Auxiliadora Oliveira (2006, p. 67) a ação visava "[...] promover uma equalização, traduzida na igualdade das oportunidades educacionais, [...]" que a Reforma Capanema não havia favorecido.

A legislação abria as portas de qualquer curso superior aos jovens que completassem o segundo ciclo dos ensinos secundários industrial, comercial ou agrícola. Foi uma medida extraordinária, que beneficiou os egressos dos cursos técnicos, que conquistaram a liberdade de escolher o destino que desejavam trilhar.

Silvia Manfredi (2002) quando escreve sobre esse período da educação profissional no Brasil, conta-nos que, em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, tornaram-se autarquias com personalidade jurídica própria, além de autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Com isso, foram autorizadas a realizarem a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização durante os anos 1950. A demanda por trabalhadores era tão grande, que os estudantes dessas escolas técnicas, durante o desenvolvimento do estágio de conclusão do curso, já eram contratos imediatamente para efetivo exercício da profissão.

As Escolas Técnicas Federais irão se consolidar em todos os estados da federação como centros de referência e excelência na formação de técnicos, ofertando cursos de reconhecida qualidade, baseados em currículos organizados com consistentes conteúdos nas áreas de formação acadêmica e profissional.

A *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN) foi considerada uma grande conquista no campo das **políticas educacionais**, congregando interesses dos educadores escolanovistas e de escolas confessionais católicas. Trata-se da Lei nº. 4024/1961 que estabeleceu a completa equivalência entre os **cursos técnicos** e o **ensino secundário** e deu o direito ao SENAI e SENAC de ofertarem cursos técnicos que facultavam aos alunos o acesso a **cursos superiores** (BRASIL, 1961).

Durante o início dos anos 1960, foi criado o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), pelo Decreto nº 53.324, de 18 de Dezembro de 1963. Tratava-se de uma política de formação já baseada nos princípios da **teoria do capital humano** e do método americano Training Within Industry (TWI), com ampla participação do SENAI e SENAC nas ações de divulgação dessas ideias (BRASIL, 1963). Essa teoria, no Brasil, motivará o cultivo da meritocracia como elemento prioritário na concorrência por postos no mercado de trabalho e fundamentará a **tendência tecnicista de ensino** a ser consolidada durante a ditadura militar que se estabeleceu em território brasileiro no período de 1964 a 1985.

Regime Ditatorial? Sim! Mas, isso é assunto para as próximas aulas!

Atividades integradas

- Após pesquisa na internet, construa um mural de fotografias que representem o contexto sociocultural, político, econômico e educacional da década de 1950.

Síntese da aula

A década de 1950 ficou caracterizada pelos grandes investimentos em obras de infraestrutura nas áreas de estradas, edificações, energia e indústria, com estímulo à abertura ao capital estrangeiro pela instalação de multinacionais, principalmente automobilísticas americanas e europeias. O governo JK, por meio do Plano de Metas, implementou a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, no interior do Brasil, denominando Brasília a cidade de arquitetura moderna, projetada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. A ampliação dos postos de trabalho nas regiões Sul e Sudeste provoca o denominado **êxodo rural** de trabalhadores nordestinos e, ao mesmo tempo, motiva uma maior exigência de qualificação profissional especializada. Em resposta a essa demanda socioeconômica, o Ministério da Educação, em 1959, eleva as Escolas Industriais à condição de Escolas Técnicas Federais, possibilitando a essas instituições ofertar cursos técnicos em nível secundário para as áreas específicas de estradas, mecânica e edificações. Passa a ser ofertada uma formação de excelência na rede pública federal de ensino, que, a partir dessa época, institui os processos seletivos de ingresso de novos estudantes. Os egressos desses cursos tinham oportunidade imediata de empregabilidade, em muitos casos, ainda durante a execução dos estágios e práticas de formação profissional.

Leituras complementares

Filme:

VIANA, Zelito. **Bela noite para voar.** 2009. Disponível em: https://youtu.be/W1LDeP8j0WI. Acesso em: 16 abr. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. 270 p.

BOMENY, Helena. Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950. **Fundação Getúlio Vargas**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950. Acesso em: 16 abr. 2020.

Documentário:

TENDLER, Sílvio. **JK o menino que sonhou um país**. 2002. Disponível em: https://youtu.be/ctO_ePJTsGQ. Acesso em: 16 abr. 2020.

QUEIROZ, Hélio. **1001 coisas que aconteceram em Brasília e você não sabia.** Brasília: Editora Senac- DF, 2014.

Avaliação da aprendizagem

Após o estudo do conteúdo desta aula, construa um quadro-síntese em que sejam dispostos em quatro colunas, em forma de tópicos, os principais pontos relacionados aos temas: governo JK; processo de industrialização; rodoviarismo; Escolas Técnicas Federais, como disposto no exemplo a seguir:

CATEGORIAS	APONTAMENTOS TÓPICOS
Governo JK	
Processo de industrialização	
Rodoviarismo	
Escolas Técnicas Federais	

Referências

BRASIL. **Decreto nº 53.324, de 18 de dezembro de 1963**. Aprova o Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1963. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53324-18-dezembro-1963-393393-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20Programa%20Intensivo%20de,Industrial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=DECRETA%3A,Art>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 3.692, de 15 de dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Brasília: Câmara dos Deputados, 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-norma-pl.html#:~:text=EMENTA%3A%20Institui%20a%20Superintend%C3%AAncia%20do,Nordeste%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 2874, de 19 de setembro de 1956**. Dispõe sôbre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2874.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20mudan%C3%A7a%20da%20Capital%20Federal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.,que%20se%20refere%20o%20art>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 38.744, de 1º. de fevereiro de 1956**. Cria o Conselho do Desenvolvimento e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38744-1-fevereiro-1956-338702-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Conselho%20do%20Desenvolvimento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=DECRETA%3A,Art>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 1.821, de 12 de março de 1953**. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Brasília: Câmara dos Deputados, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaatualizada-pl.html#:~:text=Lei%201821%2F1953&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20regime%20de,colegial%20e%20nos%20cursos%20superiores.&text=Fa%C3%A7o%20saber%20que%-20o%20Congresso,Art>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira:** da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Celso Sucow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010, 164 p. (Coleção Educadores)

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 317 p.

Aula 6

Avanços e Rupturas na Educação Profissional no Período da Ditadura Civil-Militar

Objetivo de aprendizagem

- Compreender as relações entre a política nacional-desenvolvimentista e os rumos da **educação profissional** no Brasil no período da ditadura civil-militar;
- Analisar as características da **educação profissional** no Brasil entre 1964 e 1985;
- Estudar as práticas educativas e a formação estudantil nas instituições de ensino técnico e profissionalizante no período da ditadura civil-militar.

Conteúdos e seus desdobramentos

1964	1968	1971	1973	1975	1978	1982	1985
No dia 31 de março, um golpe militar dá início a um regime ditatorial que irá até 1985.	Em 13 de dezembro, a ditadura lança o mais duro de seus atos institucionais, o AI-5.	É lançada a lei nº 5.692 – 2ª LDB, que estabelece a profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau.	Auge do "milagre brasileiro", com crescimento do PIB chegando a 14%.	É criado, na ETFRN, o coral Lourdes Guilherme. Artes e Educação Física passam a integrar o currículo das Escolas Técnicas.	Com a Lei nº 6.545, três escolas técnicas federais (PR, MG e RJ) são transformadas em CEFETs.	A lei nº 7.044 revoga a obrigatoriedade de profissionalização do ensino de 2º grau.	Com o fim da ditadura civil-militar, novas discussões serão abertas no campo da educação profissional.

Olá, caro(a) estudante! Como você está?

Na medida em que as aulas vão avançando, os temas tratados vão se aproximando cada vez mais do presente. Você conhece alguém que tenha estudado na ETFRN (Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte) ou em alguma outra **escola técnica** nas décadas de 1960, 1970 ou início da década de 1980? Já experimentou perguntar a essa pessoa – de repente, seu pai, uma tia ou o vizinho do lado – como era estudar nessa escola? Que lembranças ela tem do espaço escolar? Que curso ela fez? Como foi seu processo formativo?

Perguntas parecidas podem ser feitas a outras pessoas que viveram a mesma época e que fizeram o ensino médio em escolas estaduais, pois a Lei nº 5692/1971 (a 2ª LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação), instituiu a obrigatoriedade da formação profissional em escolas regulares de ensino médio. Será que essas escolas conseguiram seguir o mesmo caminho das **escolas técnicas federais**? A formação oferecida a esses alunos os levava a que caminhos? E o que esses caminhos têm a ver com os valores defendidos à época pela ditadura civil-militar no Brasil? Essas são algumas das questões para refletirmos nesta aula.

Antes de mais nada, é necessário tratar do contexto vivenciado pela sociedade brasileira a partir de 1964. Naquele ano, mais especificamente, no dia 31 de março, um golpe militar, apoiado pelos Estados Unidos da América, derrubou o presidente João Goulart, legitimamente instituído, e estabeleceu uma ditadura no Brasil, a qual durou 21 anos.

Para saber mais

Se desejar conhecer um pouco mais sobre esse período e entender a participação dos Estados Unidos no golpe militar de 1964, veja o documentário "O dia que durou 21 anos", baseado em documentos da época, disponível na íntegra no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=RVnf3Ap7guQ

Os governos militares que se estabeleceram naquele período tinham algumas marcas que devemos lembrar para entendermos melhor o contexto em que estava inserida a educação profissional, entre 1964 e 1985. Uma dessas marcas era o nacional-desenvolvimentismo, política econômica que pregava a industrialização do Brasil e o investimento em setores como o siderúrgico, o energético, o de transportes, o petroquímico, entre outros, considerados fundamentais ao desenvolvimento nacional. No período da ditadura civil-militar, essa política desenvolvimentista esteve fortemente associada a um discurso nacionalista de caráter ufanista, o qual pode ser representado por slogans como "Brasil: Ame-o ou Deixe-o"; ou, ainda, "Ninguém mais segura este país".

Slogans do período ditatorial reforçam marcas do regime, como o autoritarismo, o ufanismo e o desenvolvimentismo. Fonte: https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/as-propagandas-ufanistas-do-governo-dos-anos-70/

Essas propagandas que exaltavam de maneira exagerada o amor à nação – exagero esse que recebe o nome de ufanismo – foram feitas justamente no período mais dramático da ditadura civil-militar, os chamados **anos de chumbo** (1968 a 1974), que têm início com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o qual permitia ao Executivo Federal fechar o Congresso, suspender habeas corpus, cassar mandatos, suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, entre outras medidas autoritárias e antidemocráticas.

Não coincidentemente, os **anos de chumbo** coexistem com o chamado **milagre econômico** ou **milagre brasileiro**, período em que o Brasil teve, ano a ano, de 1968 a 1973, crescimento no PIB sempre igual ou superior a 10% (em 1973, esse crescimento chegou a 14%, o auge do "milagre") (BARRUCHO, 2018). Neste momento, o governo se empenhou em levar adiante algumas obras ligadas a setores como o energético e de transportes,

entre as quais podemos destacar a usina hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre Brasil e Paraguai, e a rodovia Transamazônica, planejada para integrar a região Norte ao restante do país, mas nunca concluída. Pelo tamanho dessas obras e pelo investimento nelas realizado, elas foram denominadas de faraônicas.

Mas como esse quadro político e econômico se liga à **educação profissional** no Brasil nesse período? As relações são significativas! Observe que, mais uma vez, temos no país a ânsia pela modernização da economia e da indústria, de modo mais específico. Em um período em que o Brasil chegou a crescer mais de 10% ao ano, como fazer para sustentar esse crescimento? Uma das saídas seria formar mão de obra abundante para a indústria nacional. É neste ponto que entra a lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, mais conhecida como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a qual será nosso próximo ponto de estudos.

1. A LDB DE 1971 E A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A LDB de 1971, ligada ao contexto que há pouco foi apresentado, estabeleceu a universalização da **educação profissional** para os alunos de 2º grau (**ensino médio**). O art. 5º, §2º, alínea "a" da Lei nº 5.692/1971 afirmava que parte do currículo do 2º grau seria dedicado à "habilitação profissional", ao passo que a alínea "b" do mesmo parágrafo destacava que essa habilitação profissional seria oferecida "em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados." (BRASIL, 1971, s.p.).

Para as pedagogas Ticiana Coutinho e Rosália Silva, essa profissionalização obrigatória para alunos do 2º grau "vem responder às necessidades do mundo do trabalho, já que o

crescente desenvolvimento industrial precisa de mão de obra mais qualificada" (2015, p. 3). Claramente, se colocava em prática a Teoria do Capital Humano (TCH), pela qual, segundo os pesquisadores Almeida e Giorgi, estabelecia-se "uma relação direta, imediata e de subordinação explícita da educação à produção" (2014, p. 267). Em síntese, era preciso, com urgência, formar técnicos, atendendo às necessidades do mercado.

Mas será que a estratégia adotada pelo governo militar deu certo? As escolas estaduais teriam dado conta de oferecer essa formação profissional com qualidade? A resposta a essas perguntas é: não. De fato, sem estrutura e profissionais adequados para ofertarem a habilitação profissional, as escolas estaduais foram perdendo o rumo e a qualidade, abrindo espaço, cada vez mais, às particulares. Enquanto aquelas formavam (ou tentavam formar) o filho da classe trabalhadora, essas se dedicavam a oferecer uma formação propedêutica, ou seja, voltada para preparar os mais remediados para o ingresso na universidade.

É válido lembrar que os vestibulares serão definidos como forma de ingresso no ensino superior a partir da lei nº 5.540/1968, portanto, também no período da ditadura civil-militar, pouco antes da LDB de 1971. Diante do exposto, não fica difícil imaginar quais eram os candidatos mais qualificados a passarem nos vestibulares. A distância cada vez maior entre as escolas públicas e as particulares e, consequentemente, entre seus públicos, é apresentada por Almeida e Giorgi, estudiosos do tema que afirmam que, nesse contexto,

> a realidade é que as escolas privadas escondem seu caráter propedêutico, por baixo de uma falsa proposta profissionalizante e as públicas, cujo caráter profissionalizante era antes explícito, passam a não desenvolver nem o ensino propedêutico nem o profissionalizante, perdendo em termos de qualidade (ALMEIDA; GIORGI, 2014, p. 273)

E as escolas técnicas federais, onde entram nessa história? A LDB de 1971 traz algumas consequências importantes para essas instituições. Uma delas foi a diminuição inicial de recursos, tendo em vista que, agora, tais instituições tinham que dividir o orçamento para a educação profissional com as instituições estaduais. Por outro lado, as instituições federais serão cada vez mais procuradas para a realização de convênios, pelos quais contribuíam com as escolas dos estados ao oferecerem as habilitações técnicas. Nesse quadro de mudanças tão significativas, que caminhos teria seguido a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN)?

Para saber mais

A partir de 1978, três dessas Escolas Técnicas Federais - a do Paraná, a de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro - passaram a ser denominadas Cefet's (Centros Federais de Educação Tecnológica). Para saber mais sobre o histórico de mudanças de denominações dessas instituições e das leis que as acompanham, acesse: http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil.

2. A ETFRN NOS TEMPOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR: UM BREVE ESTUDO DE CASO

Os efeitos gerais da LDB de 1971 foram sentidos também, sem dúvida, na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, seja pelas consequências negativas dessa lei, acima apontadas, seja por aspectos positivos, como, por exemplo, a criação do coral Professora Lourdes Guilherme, em 1975, e da banda marcial, primeiras atividades extracurriculares estabelecidas na instituição após a LDB de 1971, em respeito à obrigatoriedade do ensino de educação artística estabelecida por essa lei.

Coral Professora Lourdes Guilherme se apresenta no ginásio da ETFRN, entre fins da década de 1970 e início da década de 1980. Disponível em: https://centenario.ifrn.edu.br/atos-e-fatos/coral-lourdes-guilherme. Acesso em: 07 abr. 2020.

A jornalista Arilene Medeiros também lembra, em sua obra ***A forja e a pena***, que foi a partir da LDB de 1971 que a disciplina de Educação Física se tornou obrigatória no currículo escolar. Nessa perspectiva, a ETFRN ganhou novos equipamentos, com destaque para o campo de futebol, o ginásio polidesportivo e a pista de atletismo; e ganhou, também, novos profissionais: o número de professores da disciplina subiu de um para doze, entre 1962 e 1974. Não foi por acaso que, a partir da década de 1970, a ETFRN passou a conquistar resultados importantes em diversas competições desportivas.

Há, porém, outra perspectiva a ser apresentada sobre a inserção da Educação Física no currículo escolar. Essa disciplina vem acompanhada pela Educação Moral e Cívica, uma espécie de cartilha doutrinária da ditadura para os alunos do período. Os pesquisadores Almeida e Giorgi (novamente eles) explicam a relação entre as duas disciplinas:

> longe de serem práticas normais do cotidiano escolar, tanto a Educação Física quanto a Educação Moral e Cívica são exemplos de dispositivos de controle que visam à adequação à ordem. A primeira como um instrumento de controle, de preparo e transformação dos corpos despreparados dos alunos em corpos úteis, produtivos, obedientes e disciplinados; a segunda como difusora e mantenedora de valores morais com a finalidade de disciplinar as almas, ambos funcionando para encaixar os alunos em modelos de obediência" (ALMEIDA; GIORGI, 2014, p. 272).

Claramente, Almeida e Giorgi (2014) baseiam-se nos conceitos de Michel Foucault, um filósofo francês que dedicou algumas de suas obras – como ***Vigiar e Punir*** (1975), além de vários artigos e conferências – à discussão sobre o poder disciplinar. Esse poder, segundo o autor, cria corpos úteis, estabelece normas e comportamentos adequados e vigia para que os sujeitos a serem disciplinados se moldem e incorporem em si as práticas estabelecidas através da disciplina. É de se imaginar que o espaço escolar será um dos mais claramente vinculados a esse poder disciplinar, que ganha força no Brasil a partir de fins do século XIX

e início do XX, associado à necessidade de controlar aquela massa de homens das classes populares, tidos como perigosos pela elite da época.

Para saber mais

Para mais informações sobre a vida e obra de Foucault, acesse: https://colunastortas.com.br/michel-foucault/

É claro que aquelas disciplinas trazem consigo também aspectos positivos, pelos quais, justamente, tornam-se mais atrativas e palatáveis para os sujeitos a serem disciplinados. Em relação à Educação Física, por exemplo, como negar os benefícios trazidos pela prática esportiva, a qual contribui para a saúde do corpo e da mente? Aqueles que se exercitam com constância citam como essa prática tem um caráter viciante! Neste caso, no bom sentido: a disciplina de se exercitar cotidianamente gera bons hábitos, incorporados pelos praticantes por trazerem a eles resultados positivos, como bem estar e saúde.

Para além das questões curriculares aqui citadas, a ETFRN viveu um momento de crescimento entre fins da década de 1960 e a década de 1970. Segundo o historiador Francisco Carlos de Sousa (2015), a escola foi, gradativamente, eliminando os cursos industriais básicos e focando no ensino profissional de nível técnico. Foi por essa época – início da década de 1970 – que surgiram cursos importantes na instituição, como os de mecânica e eletrotécnica, os quais se juntaram aos cursos de estradas e mineração, criados em 1963, pouco antes do golpe militar. Esses quatro cursos vão, aos poucos, mudando o foco da instituição, que, cada vez mais, forma seus alunos para atendimento às demandas do mercado de trabalho e do setor produtivo. Um exemplo dessa relação da ETFRN com o setor produtivo pode ser visto na imagem que se segue:

Melhor aluno do curso de Mecânica recebe premiação patrocinada pela Wolkswagen, em 1973. Fonte: SOUSA, 2016, p. 194. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20575?-mode=full (documento original pertencente ao Acervo do IFRN). Acesso em: 08 abr. 2020.

A imagem acima, dificilmente, poderia ser associada a outra época. Como imaginar tamanha ligação com o mercado na década de 1910, quando a Escola de Aprendizes de Natal (e tantas outras espalhadas pelo Brasil) oferecia cursos de formação artesanal (sapataria, alfaiataria, marcenaria...)? A premiação, patrocinada por uma multinacional do ramo automobilístico, ao melhor aluno de mecânica, indicava uma sintonia cada vez mais fina entre escola, mercado e os interesses do setor produtivo. Se esta conexão está intimamente ligada ao contexto da ditadura civil-militar, com sua política nacional-desenvolvimentista, também é verdade que episódios de censura e repressão vividos no espaço da instituição escolar nesse período vinculam-se, igualmente, ao contexto ditatorial.

Em um contexto marcado por repressão e censura, espaços como as **escolas técnicas** e as **universidades federais** tornaram-se cada vez mais vigiados. Segundo a pesquisadora e professora do IFRN, Erika Pegado (2006, p.41),

> o clima político dentro da instituição [...] sofria reflexos dos embates políticos entre oposição e governo com seus instrumentos de luta e repressão. Muitos alunos e professores sofreram investigações militares. Colegas eram chamados para depor sobre as atitudes suspeitas de determinado professor. Discursos mais inflamados contra o Regime eram passíveis de prisão [...].

O momento de repressão é lembrado também pela jornalista Arilene Medeiros Em sua obra *A Forja e a Pena*, ela cita depoimentos de personagens que viveram a escola nos tempos da ditadura e relatam a vigilância exercida sobre alunos e servidores, a ausência de alguns desses sujeitos após **o golpe** e o cerceamento de atividades do movimento estudantil. Segundo Medeiros, as intervenções sobre o ensino davam-se por dois meios: o currículo escolar e a gestão administrativa. No aspecto curricular, a autora ressalta a inclusão da disciplina de Educação Moral e Cívica, aqui já lembrada; quanto à gestão administrativa, Medeiros (2011, p. 105) ressalta que “os governos militares implantaram, na máquina administrativa federal e estadual, as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI ou ASI), que passaram a integrar, obrigatoriamente, a estrutura organizacional das instituições”. Essas agências, entre outros pontos, controlavam a contratação de pessoal com o objetivo de evitar os “subversivos” (aqueles com ideias contrárias ao regime ditatorial), vigiavam manifestações estudantis e fiscalizavam a circulação de propagandas, fossem contrárias ou favoráveis aos governos militares.

Esse clima de vigilância e de tensão começa a diminuir na instituição e, de modo mais geral, no país, a partir de 1979, quando, lentamente, o governo militar começa a realizar um processo de abertura política, o qual pode ser representado pela Lei da Anistia (Lei nº 6.683), publicada em agosto de 1979. No campo da educação, o início da década de 1980 traz outro marco importante: em 1982, a Lei nº 7.044 revoga a obrigatoriedade do ensino profissionalizante ao estudante secundarista. Nessa perspectiva, as **escolas técnicas** e CEFETs passam a ser, por excelência, o espaço a ser procurado por aqueles que desejam o ensino profissionalizante. Por outro lado, a década de 1980 é marcada por diversos desafios ao Estado brasileiro e à população, que lutará pela retomada da democracia e sofrerá com a grave crise econômica, com inflação fora de controle, dívida externa nas alturas, desemprego, entre outras mazelas sociais. Será um momento também de debates por uma educação pública, gratuita e de qualidade, os quais culminarão na nova LDB (Lei 9.394/1996). Por essa época, as **escolas** viviam já outra realidade, a qual será trabalhada na aula seguinte desta unidade.

Atividades integradas

Observe a tabela a seguir e, com base nela e nos conhecimentos adquiridos nesta aula, discorra sobre as interferências do milagre econômico (1968 – 1973) na educação profissional no Brasil no período retratado.

Tabela 1 - Brasil: Indicadores Macroeconômicos Selecionados - 1968-1973

CATEGORIAS	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP,%)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de crescimento das exportações em US$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de crescimento das importações em US$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo em Conta Corrente (em US$ milhões)	-582	-364	-839	-1.630	-1.688	-2.085
Dívida Externa Líquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US$ milhões)	97	531	534	537	2.538	2,380

Fonte: Apêndice Estatístico em Giambiagi et alii (2005).

Lembre-se!

É fundamental observar que a **educação**, independentemente do ramo, não pode ser dissociada da política e da sociedade que a envolvem. Observamos que a política nacional-desenvolvimentista adotada pelos governos militares atingiu fortemente a **educação profissional** no período, com as instituições escolares se adaptando à formação voltada aos interesses do mercado, através da Teoria do Capital Humano (TCH), como se observa a partir da LDB de 1971. Ao mesmo tempo em que algumas instituições crescem nesse período, como é o caso da ETFRN, elas sofrem com censura, repressão, perseguição a alunos e servidores e silenciamento do movimento estudantil, elementos que, mais uma vez, marcavam a política e a sociedade naquele período.

Síntese da aula

Nesta aula, pudemos observar que a ditadura civil-militar, instalada no Brasil a partir de março de 1964, alterou os rumos da **educação profissiona**l ao propor, através da LDB de 1971, a profissionalização obrigatória no ensino secundário.

Durante os anos de 1968 a 1973, o Brasil viveu o período do **milagre econômico**, momento em que o Produto Interno Bruto (PIB) – soma de todas as riquezas produzidas no país – chegou a crescer 14% ao ano. Os governos militares entendiam que era preciso investir em setores estratégicos da economia e formar mão de obra técnica para alavancar esse crescimento. Neste último ponto, entra a **educação profissional**, que passa a ser ofertada em todas as escolas de 2º grau. Se, por um lado, as escolas da rede pública estadual sofreram uma queda na qualidade da oferta, o que tornou a distância entre essas escolas e as da rede privada ainda maior, por outro, algumas **escolas federais**, como a ETFRN, tiveram crescimento nesse período, possibilitado pela abertura de novos cursos, melhoria da estrutura e aumento das matrículas.

Contudo, a ETFRN e outras escolas do gênero sofreram também com a censura, a perseguição a servidores e discentes e o cerceamento das atividades do movimento estudantil, como reflexo do autoritarismo que marcou os governos militares. Como dissemos há pouco, a **educação** não pode ser dissociada do contexto político e social que a envolve.

Leituras complementares

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática:** 1969-1993. 2006. 222 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10549. Acesso em: 09 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 28, n. 100, p. 1129-1152, Out. .2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2020.

Avaliação da aprendizagem

Questões para reflexão:

1. Quais as principais características da LDB de 1971? Por que a profissionalização obrigatória no ensino secundário, proposta por essa lei, não teve o sucesso esperado?

2. Como os chamados anos de chumbo (1968-1974), período de maior repressão na ditadura civil-militar, impactaram no cotidiano das escolas técnicas federais, com destaque para a ETFRN?

3. Explique, resumidamente, o que é a Teoria do Capital Humano (TCH) e como ela influenciou a visão dos governos militares sobre a educação profissional.

Orientação: ao responder às questões, produza um texto coeso e coerente. Use seus próprios argumentos e palavras, evitando meras citações de partes do material.

Referências

ALMEIDA, F. S. de; GIORGI, M. C. Ensino profissional no Brasil: diálogos com a ditadura militar. **Revista Opsis**, v. 14, n. 1, p. 262-281, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/29000/17896. Acesso em 04 abr. 2020.

BARRUCHO, Luiz. 50 anos do AI-5: os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. **BBC Brasil**, 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB)**. Presidência da República – Casa Civil. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.&text=1%C2%BA%20Para%20efeito%20do%20que,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau. Acesso em: 01 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)**. Presidência da República – Casa Civil. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 01 maio 2020.

COUTINHO, T. P. da S. C.; SILVA, R. F. A Educação Profissional de 1964 a 1984: a dualidade estrutural como uma realidade. In: **Anais do III Colóquio Nacional a Produção do Conhecimento em Educação Profissional,** 2015. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1196. Acesso em: 04 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEDEIROS, A. L. de. **A forja e a pena**: Técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Natal: Ed. IFRN, 2011. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/editora/livros-para-download/a-forja-e-a-pena-1. Acesso em: 03 abr. 2020.

PEGADO, E. A. da C. Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizes Artífices até o CEFET-RN. In: _____ (Org.). **A trajetória do CEFET-RN: do início do século 20 ao alvorecer do século 21.** Natal: EDIFRN, 2006. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1159. Acesso em: 09 abr. 2020.

SOUSA, F. C. O. de. **Em nome da ordem e do progresso:** a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20575?mode=full. Acesso em: 04 abr. 2020.

Aula 7

A Educação Profissional nos Anos 1990: das Escolas Técnicas Federais aos Centros Federais de Educação Tecnológica

Objetivo de aprendizagem

- Compreender o contexto histórico dos anos 1990 e as políticas para a **educação profissional** com a reconfiguração das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), no contexto da proposição de um Estado neoliberal.

Conteúdos e seus desdobramentos

1990	1992	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Realização da 1ª Conferência de Educação para Todos em Jomtien (Tailândia) e disseminação das ideias neoliberais no estado brasileiro. MEC criou a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE).	MEC transforma SENETE em SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica	Decreto nº. 8.948/1994, de 08 de dezembro, criando o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que definiu o processo de "cefetização", reorganização das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET)	Resolução nº. 96/1995 criou a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR)	Resolução nº. 126/1996 que criou o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) com recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em 20 de dezembro.	Decreto nº. 2.208/1997 que estabeleceu a Reforma do Ensino Técnico, inviabilizando a oferta do Ensino Profissional integrado ao Ensino Médio e instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio propondo independência entre o Ensino Médio e a Educação Profissional	Em 05 de outubro, foram apresentadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico

Oi, como você está? Bem?

Até aqui já acompanhamos avanços e retrocessos em relação às políticas para a **educação profissional** no Brasil ao longo de cinco séculos.

Continuaremos o nosso contato com a disciplina, desta vez, examinando as iniciativas realizadas durante os anos 1990. Essa foi uma década marcada pela informatização, globalização econômica, defesa do modelo neoliberal para organização do Estado brasileiro e por mais uma mudança de denominação/organização dos centros de formação técnica financiados pela União, que passaram a serem conhecidos por CEFETs.

1. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DOS ANOS 1990 E A PROPOSIÇÃO DE UM ESTADO NEOLIBERAL PARA O BRASIL

A partir dos anos 1990, organizações internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a UNICEF, e a CEPAL e entidades empresariais nacionais, a saber o Instituto Herbert Levy e o Instituto Euvaldo Lodi passaram a intervir massivamente na economia do país pela força do processo da globalização. Especificamente, tais entidades formularam e executaram políticas educacionais pautadas em ações de privatizações e pressionaram pela implementação de um Estado mínimo em relação à seguridade social.

A lógica neoliberal propunha o estado mínimo com a efetivação da desregulação da economia, estimulando a flexibilização das leis trabalhistas, a privatização das instituições estatais e dos serviços essenciais, a exemplo da seguridade social, incluindo os planos de aposentadoria. O teórico Ricardo Antunes (2000, p. 02) diz que as políticas neoliberais significam a "[...] reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente [...]". Sob esta ótica, há uma tendência de fortalecimento do mercado pela capitalização dos recursos públicos, acentuando as desigualdades sociais e aumentando os bolsões de pobreza.

Figura 1 - Desigualdade social no Brasil. Fonte: Sergio Moraes/Reuters (https://www.politize.com.br/wp-content/uploads/2017/07/desigualdade-social.jpg)

Esse período foi marcado pelo redimensionamento do mercado e do perfil do trabalhador qualificado para concorrer aos postos de trabalho. De forma tal que ocorreu uma propagação de ideologias como “empregabilidade”, “competências” e “flexibilidade”, atribuindo-se responsabilidade ao trabalhador por sua condição de desempregado e de exclusão social. Torna-se prioridade a filosofia de negócios que busca o perfil de trabalhadores flexíveis, que avança propostas de regime de trabalho temporário e que se utiliza do marketing para estimular o consumismo desenfreado. O lema principal passou a ser a mercantilização de tudo, inclusive do conhecimento, o que causou ampliação do mercado da educação privada.

Figura 2 - Cultura do consumismo em shoppings. Fonte: DarkoStojanovic (https://pixnio.com/pt/pessoas/multidao/natal-pessoas-loja-feriado-decoracao-balao)

O conjunto dessas mudanças na economia e nas políticas educacionais teve reflexo nas orientações e acordos internacionais que o Brasil passou a adotar, objetivando alcançar posição favorável entre os países emergentes. Nesse sentido, no ano de 1990, o Brasil participou da 1ª Conferência de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), assumindo o discurso da formação do trabalhador pelo desenvolvimento de competências e habilidades, ideais essas que, durante os anos 1997/98, passaram a orientar a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Foram essas mesmas ideias que orientaram também, nas primeiras décadas dos anos 2000, a formulação das Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) (BRASIL, 2012).

Há um esforço teórico e prático das empresas para implantar o modo flexível de produção advindo do Japão, sem medir as suas consequências para o desemprego estrutural, notadamente, com a precarização do trabalho, causada pela crescente mediação de equipamentos tecnológicos e pela disseminação da rede mundial de computadores. Por influência de uma política neoliberal, o Estado brasileiro passa a cultivar o neotecnicismo, recuperando os fundamentos da **teoria do capital humano** para os planos e programas de formação inicial e continuada dos trabalhadores.

Para a materialização das políticas específicas destinadas à **educação profissional**, foram criadas instâncias deliberativas na estrutura organizacional do MEC, em Brasília, com mudanças de nomenclatura ao longo da referida década. Em 1990, foi criada no MEC a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), responsável pelo desenvolvimento, promoção e coordenação da formação tecnológica; em 1992, o Presidente Itamar Franco transforma a SENETE em SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica, com o objetivo de garantir a articulação entre a formação propedêutica e a profissional. O órgão da União mobilizador da **educação profissional** no país tornou-se Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), a partir de 2004, sendo dissociada da Secretaria de Educação Básica (BRASIL, 2004).

2. A "CEFETIZAÇÃO" DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE NÍVEIS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Na **educação profissional,** o objetivo primordial passa a ser o desenvolvimento de competências adequadas para a operação de processos automatizados. Essas novas demandas de mercado mobilizam os centros de ensino técnico a reformularem seus organogramas e seus currículos de formação.

Pelo Decreto nº. 8.948/1994, de 08 de dezembro, foi criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que definiu o processo de "cefetização", ou seja, a reorganização das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, situadas em território nacional, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A nova reconfiguração da Rede Federal de Educação Profissional possibilitava a verticalização dos itinerários formativos no interior das instituições, pela oferta de cursos técnicos em nível médio e também os cursos tecnológicos, em nível de graduação, além de cursos de pós-graduação lato sensu (BRASIL, 1994).

Apesar de a legislação autorizar a transformação, ela somente ocorreu de forma gradativa, recuperando uma política estagnada desde 1978, ainda durante o governo militar, quando foram organizados apenas os CEFETs dos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por meio da Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978 (BRASIL, 1978). Depois de dezesseis anos, em 1994, a reorganização das instituições de ensino técnico em CEFETs integrava uma política nacional, durante o governo Itamar Franco e ocorria mediante decreto específico para cada instituição, em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. Esses critérios levavam em conta desde as instalações físicas (a adequação dos laboratórios e equipamentos) às condições técnico-pedagógicas e administrativas (recursos humanos e financeiros) necessárias ao funcionamento de cada centro.

Na condição de CEFET, esses estabelecimentos de ensino estavam aptos a desenvolverem projetos de pesquisa aplicada e de extensão, prestando serviços às comunidades e contribuindo para o seu desenvolvimento. A atuação nessas duas novas dimensões eleva a Rede Federal de Educação Profissional para além da atividade exclusiva do ensino, tradição presente nessas instituições, desde 1909, com as Escolas de Aprendizes e Artífices, lembra?

A fase dos CEFETs foi muito importante para a história da educação profissional brasileira, pois significou um momento de superação das políticas de contenção de recursos, que ameaçaram o funcionamento dessas instituições, chegando ao extremo de o governo Fernando Henrique Cardoso ter proposto a estadualização da Rede Federal de Educação Profissional. Que proposição perigosa, você não acha? A intenção provocou a indignação dos estudantes e profissionais da educação e várias mobilizações repercutiram nacional e internacionalmente.

3. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBEN) E O DECRETO Nº. 2.208/1997: INTEGRAÇÃO OU DICOTOMIA CURRICULAR?

A Resolução nº. 96/1995 atribuiu à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), vinculada ao Ministério do Trabalho, a responsabilidade de realizar a qualificação profissional. Assim, foi criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) pela Resolução nº. 126/1996, definindo recursos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (BRASIL, 1996b).

Após oito anos de discussão (Projeto de Lei elaborado em 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, destinando um capítulo para a **educação profissional**. Essa foi considerada uma modalidade separada dos níveis de ensino, privilegiando o termo "articulação" no lugar da "integração" da **educação profissional** ao **ensino médio**. Segundo Moura (2007, p. 09) "[...] a 2ª LDB é minimalista e ambígua em geral e, em particular, no que se refere à relação entre EM e EP. Ela estrutura a educação regular em dois níveis, educação básica e educação superior, sendo que a EP não está em nenhum deles."

Desde a proposição do Projeto de Lei nº. 1.603/1996, do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, propunha-se uma educação média desvinculada da formação do técnico-profissionalizante, contrariando o princípio da articulação anunciado pela LDB (Lei nº 9394/96).

A Lei 9.394/1996, considerada como a segunda LDB, apesar de dispor a **educação profissional** num capítulo separado da **educação básica**, superou o histórico enfoque de assistencialismo e de preconceito social atribuído à **educação profissional** do país. De fato, a segunda LDB evidenciou que a modalidade realiza uma intervenção social crítica, significativa e qualificada, contribuindo para inclusão social e democratização da educação como bem social da sociedade brasileira. Ainda, definiu o sistema de certificação profissional, que passou a permitir o reconhecimento das competências e conhecimentos adquiridos fora do sistema escolar (BRASIL, 1996a).

Contrariando as orientações de articulação entre a **educação profissional** e o **ensino médio** presentes na LDB promulgada em 1996, o Decreto nº. 2.208/1997 estabeleceu a Reforma do Ensino Técnico, inviabilizando a oferta do **ensino profissional integrado ao ensino médio**. A partir desse Decreto, a educação profissional devia ser ofertada nas formas concomitante e sequencial ao ensino médio, uma formação meramente técnica, distante da proposição de uma **educação tecnológica**. A prioridade foi a oferta dessa formação em um nível essencial, que não propiciava a elevação da escolaridade, mas focava numa capacitação aligeirada e fragmentada, voltada para as demandas do mercado.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio publicado em 2007 tece críticas a esse período histórico dizendo que o

> [...] Decreto nº. 2.208/97, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio [...] (BRASIL, 2007, p. 19)

Para implantar a Reforma do Ensino Técnico, o MEC, em parceria com Ministério do Trabalho, lançou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). O Programa foi parte integrante do projeto de privatização do Estado, em atendimento à política neoliberal, oportunidade em que o governo Fernando Henrique Cardoso negociou empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Moura (2007, p. 10) declara que o papel do PROEP era "reestruturar a Rede desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional." Condição que confirmava a lógica da formação profissional como mercadoria com custo e preço.

Apesar da crítica ao teor privatizante, a reforma da **educação profissional** realizada nesse período e a criação do PROEP foram coerentes com a lógica neoliberal que os patrocinou. "Dessa forma, mediante apresentação de projeto, parte da Rede recebeu recursos com o objetivo de reestruturar-se a fim de assumir a nova função – arrecadar a partir da prestação de serviços à comunidade." (MOURA, 2007, p. 10). Havia a intenção de que os CEFETs fossem progressivamente privatizados, havendo a redução do orçamento dessas instituições, a tal ponto de não terem condições de pagamento de serviços essenciais como energia elétrica e telefonia. Nesse intento, foram implantadas ações que visavam preparar as instituições públicas para o autofinanciamento parcial e até integral das despesas.

Em 1998, foram apresentadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que propunham a manutenção da independência entre o **ensino médio** e a **educação profissional** (BRASIL, 1998). Essa Resolução nº. 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) ratifica o Decreto nº. 2.208/97, fazendo referência a um dos objetivos do **ensino médio**, o de "preparar para o trabalho", mas sem diálogo efetivo com a articulação ou a integração à **educação profissional**, nem pelas formas concomitante ou subsequente.

Obedecendo a lógica da dicotomia estrutural, em 05 de outubro de 1999, foram apresentadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico, estabelecendo as competências profissionais indicadas para cada área técnica de qualificação ou habilitação. O discurso de competências profissionais torna-se a tônica do documento, refletindo a influência das políticas neoliberais amplamente disseminadas nos estabelecimentos de ensino brasileiros. O artigo 6º do documento (BRASIL, 1999, p. 02) define competência como "a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho."

Ao final da década de 1990, a Rede de Educação Profissional achava-se politicamente e estruturalmente fragilizada. Como forma de resistência e instituição de uma política contra-hegemônica, contraditoriamente, ocorre a proposição da implantação de um currículo integrado pelo redimensionamento dos Projetos Político-Pedagógicos dos CEFETs. Um exemplo disso foi o CEFET-RN, que, desde 1995, enfatizava a discussão acerca dos princípios da escola unitária e da omnilateralidade na formação humana dos estudantes de cursos técnicos.

Figura 3 - Manifestações de profissionais da educação, 1997.
Fonte: Caco Argemi (https://cpers.com.br/historia/)

Como consequência de dois mandatos de FHC, foi consolidado um conjunto de medidas que objetivavam atender aos objetivos do mercado e das políticas neoliberais. Todavia, os trabalhadores da educação, por meio dos sindicatos, se mobilizaram em grandes protestos em vários estados do país, reivindicando que os cursos técnicos fossem (re)estruturados com base num modelo de currículo integrado ao ensino médio, para que fosse possível escrever um capítulo promissor para a educação profissional do Brasil.

A história pode ser compreendida como ciência das possibilidades, visto que essa política educacional passará por mudanças significativas, assumindo novas perspectivas durante a primeira década dos anos 2000.

Descobertas que iremos realizar apenas na próxima aula. Até lá!

Atividades integradas

Amplie seus conhecimentos assistindo no YouTube ao vídeo do Prof. Dermeval Saviani sobre o tema Políticas Educacionais Brasileiras, em uma palestra proferida no ano de 2015, disponível em: https://youtu.be/uhomL5IUoFk

Tome nota dos tópicos mais importantes, os quais serão usados na avaliação da sua aprendizagem ao final desta aula.

Síntese da aula

Os anos 1990 no Brasil foram marcados pela implantação dos ideários neoliberais na política, economia e educação; pela defesa do estado mínimo, privatização, consumismo e responsabilização dos trabalhadores pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho. Foi criada no MEC a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENETE), responsável por elaborar políticas específicas para a **educação profissional** nas Escolas Técnicas Federais. Em 1994, ocorreu o lançamento do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que definiu o processo de "cefetização", isto é, a reconfiguração das Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica. A LDBEN (Lei nº. 9.394/1996) trazia o princípio da articulação entre a **educação profissional** e a **educação básica**. Contraditoriamente, o Decreto nº. 2.208/1997 estabeleceu a Reforma do Ensino Técnico, inviabilizando a oferta do **ensino profissional integrado ao ensino médio** e instituiu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Como consequência, foram elaboradas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, propondo independência entre o ensino médio e a educação profissional (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico (1999), enfatizando a oferta de cursos técnicos dissociados da formação geral.

Leituras complementares

CAMPELLO, Ana Margarida. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – projetos em disputa, nos anos 1970 e 1990. Belo Horizonte: **Revista Educação Tecnológica**, v. 12, v. 1, p. 25-35, jan./abr., 2007. Disponível em: https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92/94. Acesso em: 06 set. 2020.

OLIVEIRA, Ramon de. **Globalização e as reformas do Ensino Médio e a Educação Profissional nos anos 1990**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014, 129 p. (Coleção Formação Pedagógica, v. 4)

Avaliação da aprendizagem

Elabore um quadro sinótico, a exemplo do que fizemos na Aula 5, explicitando as principais mudanças e permanências nas políticas para a educação profissional e tecnológica durante os anos 1990. Não se esqueça de empregar também os tópicos que você anotou ao assistir à palestra indicada na atividade anterior.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In. CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. **La Ciudadanía Negada**: Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2000, p. 35-48. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Conselho Nacional de Educação; Câmara da Educação Básica, 2012. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_2_12.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007, 59 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 5.159, de 28 de julho de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d5159.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº. 04/1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília: CNE/CEB, 1999, 44 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020

BRASIL. **Resolução CEB nº. 3, de 26 de junho de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CEB; MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf> Acesso: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 199**6. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara de Deputados, 1996a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disciplina,trabalho%20e%20a%20pr%C3%A1tica%20social>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº. 126, de 23 de outubro de 1996**. Aprova critérios para a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, com vistas à execução de ações de qualificação e requalificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, no período de 1997/1999. Brasília: MEC, 1996b. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-126-de-23-de-outubro-de-1996.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução nº. 96, de 18 de outubro de 1995**. Atribui a execução, a coordenação programática e a supervisão das ações de qualificação profissional à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR. Brasília: CODEFAT, 1995. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-96-de-18-de-outubro-de-1995.pdf> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-normaatualizada-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%20 8.948%2C%20DE%2008,Tecnol%C3%B3gica%20e%20d%C3%A1%20outras%20 provid%C3%AAncias>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 197**8. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm> Acesso: 09 ago. 2020.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira:** da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional: dualidade histórica e perspectiva de integração. In: **Anais 30ª Reunião Anped**, 2007, p. 1-18 . Disponível em: http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT09-3317--Int.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

Aula 8

A Educação Profissional nos anos 2000: o Currículo Integrado e a Expansão da Rede Profissional, Científica e Tecnológica

Objetivo de aprendizagem

- Compreender como ocorreu a retomada das discussões sobre o currículo Integrado, na perspectiva da formação humana integral e no contexto da criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Conteúdos e seus desdobramentos

2000	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2011
Reunião do Fórum Mundial de Educação, em Dakar, onde 164 países assumiram o compromisso de atingir as metas do programa Educação para Todos até 2015	Lançamento do Plano Nacional de Educação (2001-2010)	Início do primeiro mandato do governo Lula, com o lançamento do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a retomada das discussões sobre políticas educacionais para o fortalecimento da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	O Decreto nº. 5.154/04 possibilitou a superação legal da desarticulação entre ensino médio e educação profissional. Governo federal anuncia o Programa Escola de Fábricas, direcionado à aprendizagem profissional.	A Lei nº 11.195/2005 marca a primeira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O Projeto Escola de Fábrica foi instituído pela Lei nº 11.180/2005. O PROJOVEM ou Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que buscou articular a educação, qualificação profissional e ação comunitária foi criado pelo Medida Provisória nº. 238/2005. O PROEJA foi criado, inicialmente, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, pelo Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005.	Pela Emenda Constitucional nº 53, criou-se o Fundo da Educação Básica (FUNDEB)	O Programa Brasil Profissionalizado foi criado pelo Decreto nº 6.302/2007	Publicação da Lei nº 11.741/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Posse da presidente Dilma Rousseff e promessas de continuidade da política social desenvolvimentista. Criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), por meio da Lei nº 12.513/2011.

Olá queridos e queridas estudantes, como vocês estão?

Durante o estudo dos diversos períodos históricos, aprendemos muito sobre as políticas destinadas à **educação profissional** no Brasil. Nessa última aula, vamos abordar como ocorreu o fortalecimento e expansão do ensino profissional durante as primeiras décadas dos anos 2000.

No ano 2000, reunidos em Dakar, 164 países assumiram o compromisso de alcançar seis metas de Educação para Todos até 2015. Tais metas foram relacionadas ao cuidado e educação na primeira infância; educação primária universal; habilidades de jovens e adultos; alfabetização de adultos; paridade e igualdade de gênero; e qualidade da educação (FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

O conjunto dessas metas orientaram o governo brasileiro a formular o Plano Nacional de Educação, com vigência para o período de 2001 a 2010, que explicitava metas para garantir: a universalização da Educação Fundamental; a erradicação do analfabetismo entre crianças, jovens e adultos; a ampliação da **educação de jovens e adultos** e integração com a **educação profissional (Proeja)** e o lançamento do Programa Brasil Profissionalizado em todo o território nacional pelo Decreto nº 6.302/2007; a implantação do plano de carreira e do piso salarial dos profissionais da educação; o aprimoramento dos sistemas de avaliação e informação das redes de ensino e estabelecimentos escolares. (BRASIL, 2001; 2007a).

O cumprimento dessas metas e as estatísticas provenientes do desempenho do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) apresentaram-se como condições exigidas para o repasse de recursos financeiros da União às secretarias estaduais e municipais de educação. Para prover ao financiamento da educação no Brasil, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, pela Lei nº 9.424, de 14 de dezembro de 1996, que estabeleceu recursos específicos para esse fundo (BRASIL, 1996).

À revelia das instituições financiadoras internacionais, uma década depois, foram ampliados os recursos para a **educação básic**a, que foram redimensionados para comporem o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006, sendo regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007. O FUNDEB substituiu o FUNDEF, que era um fundo de recursos destinados especificamente

ao Ensino Fundamental. Isso significou uma grande conquista para as redes de ensino brasileiras, inclusive para as modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena e educação do campo (BRASIL, 2007b; 2007c).

Em 2020, o FUNDEB teve prazo de efetivação expirado e foi necessária a mobilização da comunidade escolar e acadêmica para que fosse aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2015 no Congresso Nacional. A luta social e política foi para que o fundo assumisse a natureza permanente, com progressiva elevação das porcentagens de recursos destinados à educação básica brasileira: dos 10% atuais das contribuições da União, para 23% em 2026 (BRASIL, 2015).

1. O GOVERNO LULA E A AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Figura 1 - Cerimônia de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003
Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/e3/Lula_posse_2003_632.jpeg/800px-Lula_posse_2003_632.jpeg

Em janeiro de 2003, ocorreu a posse do ex-torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva e, com ela, o investimento em ações para o fortalecimento da **educação brasileira**, com medidas de inclusão social e promoção da cidadania, desde a educação infantil até o ensino superior e a pós-graduação. A **educação profissional** foi também contemplada pela criação de programas como o Escola de Fábrica (a partir do ano de 2005), o PROJOVEM (a partir do ano de 2005), o PROEJA (a partir do ano de 2005), o Brasil Profissionalizado (a partir do ano de 2007) e o PRONATEC (a partir de 2011), como veremos mais adiante no quadro sinótico dos programas e projetos para a profissionalização dos trabalhadores brasileiros.

As ações integraram o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), articulado pelo Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional (2003 – 2007) e que propunha a qualificação profissional como direito social, garantido por políticas públicas baseadas em gestão participativa e cidadã. O PNQ situava-se no âmbito do Sistema Nacional do Emprego (SINE), contribuindo para a promoção gradativa da universalização do direito dos trabalhadores à qualificação profissional, atendendo a formação intelectual, técnica e cultural (BRASIL, 2003).

O Governo Lula promove a revogação do Decreto nº. 2.208/1997 pelo Decreto nº. 5.154/2004, que recupera a disposição de organização do currículo integrado para a **educação profissional técnica de nível médio**, na perspectiva da formação humana integral. A pesquisadora Marise Ramos (2014, p. 65) confirma que esse período ficou marcado pela retomada das ações de integração entre a educação profissional e o ensino médio, "perspectiva essa que pode ser coerente com a construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação das pessoas para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna."

A mudança fortaleceu a proposição do **ensino médio integrado** no Brasil, exigindo dos Institutos Federais a oferta de 50% de suas vagas na forma de cursos integrados. A ação política favoreceu a retomada da revisão das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, especificamente, para o **ensino técnico e tecnológico**.

O governo Lula, por meio do MEC, organizou a SEMTEC (Secretaria de Educação Média e Tecnológica) e, objetivando ampliar a política nacional de **educação profissional,** publicou o documento: "Pacto pela Valorização da Educação Profissional e Tecnológica", com entidades representantes de setores educacionais públicos e privados, contribuindo para a formulação e execução de projetos de inclusão social, pelo cumprimento da escolarização integrada ou concomitante à formação profissional.

A proposição do **currículo integrado** estabelece uma possível unidade entre campos de conhecimento pela prática da interdisciplinaridade. A integração entre os componentes curriculares de formação geral e de formação específica tem se apresentado como o grande desafio didático-pedagógico da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Segundo Ramos (2009) as instituições de formação com proposta de integração curricular não preparam os profissionais apenas para atender às demandas do mercado, mas amplia essa formação para além do mundo do trabalho.

O cerne dessa lógica de formação integrada está nos princípios da politecnia e da omnilateralidade, de forma a propiciar à classe que vive do trabalho a compreensão crítica da realidade em que está inserida. Isto é, refletir sobre o trabalho como: princípio educativo, em sentido ontológico no processo de produção da existência humana; e princípio de pesquisa, no sentido da prática da curiosidade e da investigação como estratégias na promoção de ensino e de aprendizagens. Isso significa que esse tipo de organização curricular torna indispensável a união entre teoria e prática no cotidiano e rotinas das culturas escolares.

A formação humana integral diz respeito a uma filosofia de educação que concebe o estudante em sua inteireza e complexidade, considerando as suas dimensões intelectual, emocional, espiritual, social e cultural. A cultura escolar deve orientar-se pela perspectiva sistêmica de (re)elaboração de conhecimentos. Não podemos confundir formação integral com escola em tempo integral. A primeira, refere-se à proposição político-pedagógica da multidimensionalidade da formação sociocultural de pessoas para a vida; a segunda, relaciona-se à lógica de organização dos tempos, rotinas e ambientes para a vivência ampliada das situações de ensino e de aprendizagem, durante os turnos da manhã e da tarde, com refeições, períodos de descanso e atividades diversificadas.

A politécnica apresenta-se como essência da intenção político-pedagógica de formação humana para o trabalho e para a vida, tendo como eixo estruturante a interdependência entre o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. Nesse sentido, as ações pedagógicas têm por objetivo estabelecer uma relação contínua entre os campos anunciados, favorecendo uma formação crítica, ética e emancipatória. É este imperativo ético-político que constitui a base unitária desse tipo de formação adotado na Rede de Educação, Ciência e Tecnologia, nas 644 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em território brasileiro. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015)

Essas duas premissas teórico-metodológicas estiveram presentes como fundamentos no conjunto de programas e projetos criados para a formação técnica de trabalhadores para ocupar lugar nos postos de trabalho criados durante os anos de 2003 a 2010.

Quadro Sinótico dos Programas e Projetos para Profissionalização de Trabalhadores Brasileiros

ANO	NOME	BASE LEGAL	OBJETIVO
2005	Programa Escola de Fábrica	Lei nº 11.180/2005	Possibilitar a inclusão social de jovens de baixa renda pela formação profissional em estabelecimentos de ensino no próprio ambiente de trabalho, aproximando o setor produtivo dos processos educativos e promovendo maior responsabilidade social das empresas.
2005	Projovem ou Programa Nacional de Inclusão de Jovens	Medida Provisória nº. 238/2005	Articular a educação à qualificação profissional e à ação comunitária. Política de inclusão, onde os jovens alcançados recebiam uma bolsa de demanda social no valor de cem reais, além da possibilidade de conclusão do Ensino Fundamental e aprendizagem de uma profissão.
2005	Proeja ou Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos	Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005. Ampliação da oferta para os níveis da Educação Básica pelo Decreto nº. 5840 de 13 de julho de 2006	Elevar a escolaridade da população pela oferta de uma formação de qualidade, mediada pelo trabalho, a ser assumida pelos sistemas e pelas instituições de ensino municipais, estaduais e federais, públicas e/ou privadas.
2007	Programa Brasil Profissionalizado	Decreto nº 6.302/2007	Formar profissionais, considerando as demandas de estados e municípios em relação à política de expansão da EPT nas redes de educação públicas estaduais, inclusive com recursos destinados a construção de prédios escolares e contratação de profissionais do núcleo específico de formação técnica, visando o funcionamento de Centros Estaduais de Educação Profissional.
2011	Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	Lei nº 12.513/2011	Mobilizar recursos para bolsa formação no âmbito de instituições públicas e privadas para a oferta de cursos profissionalizantes de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas.

Fonte: elaboração do autor

A crítica realizada a esses programas foi a desarticulação entre eles e a sobreposição aos projetos em andamento nas escolas municipais e estaduais. Os estudiosos da educação profissional, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), apesar de reconhecerem a dimensão cidadã das iniciativas desse período histórico, apontaram a crítica de que tais programas estavam voltados a atender o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo. Isso significa uma retomada da teoria do capital humano pelo neotecnicismo fomentado por uma economia internacional globalizada.

Saber mais

Para saber mais e ter informações mais detalhadas sobre cada um desses programas, favor acessar o site do MEC-Brasil: http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes

2. A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A primeira iniciativa do governo federal de expandir a Rede Federal de Educação Profissional ocorreu ainda quando a instituição passou a ser denominada de Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Por meio da Lei nº. 8.948 de 08 de dezembro de 1994, foram também criadas as primeiras Unidades de Ensino Descentralizadas em cidades do interior dos estados federativos brasileiros (BRASIL, 1994).

Ainda em 2005, antes da criação do Institutos Federais (IFs), na política de governo estava o plano de intensificação da expansão da Educação Profissional dantes iniciada em 1978, retomada nos anos 1990, de forma a construir unidades do CEFET em cidades

interioranas. Tal ação foi possível pela publicação da Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005, revogando a Lei nº 9.649, de 1998, que proibia a criação de novas unidades de ensino profissional. O processo de interiorização da educação profissional ocorreu em três fases, durante sete anos, numa progressão geométrica.

Na primeira fase, em 2005, ocorreu a criação de cinco escolas técnicas federais, quatro escolas agrotécnicas e trinta e três unidades de ensino descentralizadas. A segunda fase ocorreu em 2007, com a criação de cento e cinquenta novas instituições federais de educação tecnológica em vinte e seis estados e no Distrito Federal. Já a terceira fase, em 2011, promoveu a criação de duzentos e oito novas unidades, denominadas de campi dos institutos federais instalados nas periferias urbanas e nas cidades interioranas brasileiras.

O MEC/SETEC, por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformando os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Trata-se de estabelecimentos de ensino técnico integrado ao ensino médio, de natureza multicampi que foram equiparados às universidades pela possibilidade da oferta de cursos de graduação e pós-graduação.

INSTITUTO FEDERAL

Figura 2 - Logomarca dos Institutos Federais criados pela Lei nº. 11.892/2008.
Fonte: https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalcentral/noticias/institutos-federais-completam-sete-anos/image_preview

Em 2019, momento da comemoração dos 110 anos de existência da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil e dos 11 anos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, esta instituição pública apresenta-se como modelo sui generis de formação profissional de qualidade para outros países do mundo, contando com mais de seiscentas unidades multicampi em funcionamento nas cinco regiões da federação.

Atividades integradas

Acessando os links disponíveis abaixo, escolha uma das entrevistas dadas pelo Prof. Dante Henrique Moura ao programa Nós da Educação no canal Educa Play.

- Programa 1: https://youtu.be/jUEnYSoyQcE
- Programa 2: https://youtu.be/SVU_V-UJX14
- Programa 3: https://youtu.be/GKzC5SnPdsg

Após assistir ao vídeo selecionado por você, elabore um glossário contendo os principais conceitos apresentados pelo pesquisador do currículo integrado e da formação humana integral no contexto da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Síntese da aula

A partir dos anos 2000, durante os governos Lula e Dilma, ocorreram significativas mudanças para a educação profissional e tecnológica. A promulgação do Decreto nº. 5.154/2004 recuperou a disposição de organização do currículo integrado para a educação profissional técnica de nível médio, na perspectiva da formação humana integral. Como consequência do Plano Nacional de Qualificação (2003), foi fomentado um conjunto de programas de inclusão social pela qualificação profissional, a saber: Escola de Fábrica (2005), Projovem (2005), Proeja (2005), Brasil Profissionalizado (2007) e Pronatec (2011). Esses programas foram reconhecidos pela ação social de inclusão, mas criticados por atender as demandas imediatas do mercado neotecnicista. Também ocorreu uma significativa expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela instalação de unidades de ensino nas periferias dos centros urbanos e cidades interioranas nos 26 estados da federação. De 2005 a 2011 acontece uma ampliação dessa rede de ensino profissional, que passa a contar com mais de seiscentas unidades multicampi em funcionamento ofertando ensino de público de qualidade. Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil apresenta-se como modelo sui generis de formação profissional para outros países do mundo.

Leituras complementares

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para Educação Profissional e Tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico Senac:** a Revista da Educação Profissional. Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago, 2012, p. 27-40. Disponível em: <https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/04/artigo-eneida-2.pdf> Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. **Proposta em Discussão - Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2004, 71 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf> Acesso em: 28 jun. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A Educação profissional nos anos 2000**: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 jun. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5) Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> Acesso em: 28 jun. 2020.

Avaliação da aprendizagem

Com base nos estudos dessa aula, elabore um painel com logomarcas e sinopses dos principais programas e projetos implementados pelos governos Lula e Dilma para a Educação Profissional e Tecnológica, durante o período de 2003 a 2016. Depois, fotografe o painel (ou faça um printscreen) e envie o arquivo à plataforma do curso.

Referências

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição 15/2015**. Torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198512> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego [...]. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206302&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.302%2C%20DE%2012,que%20lhe%20confere%20o%20art>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB [...]. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Planalto; Casa Civil, 2007c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. E**menda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.195%2C%20DE%2018,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=Bras%C3%ADlia%2C%2018%20de%20novembro%20de,Independ%C3-%AAncia%20e%20117%C2%BA%20da%20Rep%C3%BAblica>. Acesso em: 10 ago. 2020,

BRASIL. **Lei nº. 11.180, de 23 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET [...]. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11180.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº. 238, de 1º. de fevereiro de 2005**. Institui, no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem [...]. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Mpv/238.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20238%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20FEVEREIRO%20DE%202005.&text=Institui%2C%20no%20%C3%A2mbito%20da%20Secretaria,comiss%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação (2003-2007)**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego; Departamento de Qualificação. 2003. Disponível em: <http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Plano-Nacional-de-Qualifica%C3%A7%C3%A3o-2003-2007.pdf> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.172, de 02 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm#:~:text=LEI%20No%2010.172%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202001.&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,com%20dura%C3%A7%C3%A3o%20de%20dez%20anos>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.649, de 27 de maio de 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.649%2C%20DE%2027%20DE%20MAIO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da,Minist%C3%A9rios%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º. do art 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.Brasília: Planalto; Casa Civil, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 9.424, de 24 de dezembro de 199**6. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério [...]. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm> Acesso em: 09 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 8.948, de 8 de dezembro de 199**4. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: Planalto; Casa Civil, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm> Acesso em: 09 ago. 2020.

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. **Educação para todos:** o compromisso de Dakar. Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa, 2001. 70p. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330730/2000_declaracaosobreeducacaoparatodosocompromissodedakar.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. v.20, n. 63, out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf> Acesso em: 09 ago. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5) Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> Acesso em: 27 jun. 2020.

_____. **Currículo Integrado**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html> Acesso em: 09 ago. 2020.